

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE
(PPGPACS)**

DISSERTAÇÃO

**A BIOGRAFIA DE UM PRÉDIO MONUMENTAL: HISTÓRIA,
MEMÓRIA E PATRIMONIALIZAÇÃO (NITERÓI, RJ)**

JUCELI SANTOS DA SILVA

**Nova Iguaçu - RJ
Maio de 2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE
(PPGPACS)**

DISSERTAÇÃO

**A BIOGRAFIA DE UM PRÉDIO MONUMENTAL: HISTÓRIA,
MEMÓRIA E PATRIMONIALIZAÇÃO (NITERÓI, RJ)**

JUCELI SANTOS DA SILVA

Sob a Orientação da Professora
Dr^a Raquel Alvitos Pereira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS), no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, como requisito parcial à obtenção do título de **Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade**.

Nova Iguaçu – RJ
Maio de 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586b Silva, Santos da, Juceli, 17/03/1964-
A BIOGRAFIA DE UM PRÉDIO MONUMENTAL: HISTÓRIA,
MEMÓRIA E PATRIMONIALIZAÇÃO (NITERÓI, RJ) / Juceli
Silva, Santos da. - Niterói, 2025.
104 f.: il.

Orientadora: Raquel Pereira Alvitos.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação Patrimônio,
Cultura e Sociedade (PPGPACS), 2025.

1. Patrimônio, História e Memória . 4. . I. Pereira
Alvitos, Raquel , 1977-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS)
III. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE**



TERMO Nº 58 / 2026 - PPGPACS (12.28.01.00.00.00.22)

Nº do Protocolo: 23083.006224/2026-03

Nova Iguaçu-RJ, 12 de fevereiro de 2026.

Juceli Santos da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, Área de Concentração Patrimônio Cultural: Memória e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 05/05/2025.

(Assinado digitalmente em 16/02/2026 15:58)

MONICA DE SOUZA NUNES MARTINS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1637247

(Assinado digitalmente em 27/03/2026 14:42)

RAQUEL ALVITOS PEREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1862824

(Assinado digitalmente em 16/02/2026 17:00)

PAULO KNAUSS DE MENDONÇA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 826.549.727-04

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **58**, ano: **2026**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **12/02/2026** e o código
de verificação: **12a6861a64**

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). Finance Code 001.

Convém sublinhar que além deste apoio o trabalho também se realizou com o auxílio do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia INCT PROPRIETAS.

Quero começar agradecendo as minhas filhas, Beatriz e Ana Júlia, por aceitar dividir essa caminhada comigo, que é a vida. Vocês são a minha vida, e tenho muito orgulho de vocês!

Quero expressar minha gratidão a todas as pessoas amigas, que caminharam comigo até aqui. Quem me conhece sabe, não sou de uma de poucos amigos. São muitos porque eu gosto de gente de troca de afetos, troca de conhecimento e gosto pela vida. A minha família que reza por mim e eu por eles. Há muito amor envolvido.

Não foi fácil chegar até aqui, mas cheguei e sou muito grata por isso!

Ninguém faz nada sozinho, principalmente euzinha, por isso agradeço meus amigos de curso, Karoline Santana Eliete Antunes, Francis Marques, Pedro Cabral, Ana Martins, Ana Paula, Taninha Caldas, Carol Conte, Eduardo, Juliano, Luciene (minha Nenê) e todos os outros de todas as disciplinas que cursei e que encontrei no caminho.

Quero agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS). A direção e seus funcionários. Vocês são muito importantes e me sinto privilegiada por tê-los ao meu lado durante essa jornada.

Agradeço a banca que gentilmente aceitou participar e contribuir com o meu trabalho e crescimento acadêmico, que foi e continua sendo muito importante. Vocês, são muito importantes e me sinto privilegiada, por tê-los ao meu lado durante essa jornada.

O orgulho e admiração por vocês vem de longe. A minha orientadora Raquel Alvitos, muito obrigada, por tudo sempre. A professora Márcia Motta, minha gratidão, pela longa parceria sempre com muita generosidade, ao INCT Proprietas, por me proporcionar uma bolsa para que esse mestrado acontecesse. Deixo, portanto, aqui, o meu muito obrigada. A professora Mônica Martins, por todo incentivo tão afetuoso sempre, com trocas importantes. Ao professor Paulo Knauss, pela sua contribuição e generosidade, a minha eterna admiração e orgulho em ter você nessa banca.

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos professores, Thiago Reis, meu grande amigo e incentivador, Rui Aniceto, a professora Leila Bianchi, a professora Andrea Casanova, Luciene Carris e muitos outros. Gente faria outra dissertação, só colocando o nome de todos aqui. Pelas conversas, dicas, incentivo sempre com muito carinho. Sou muita grata por todos vocês.

Ao pessoal que trabalha no DePaC (Departamento Patrimônio e Culturas de Niterói), sua direção foi de máxima importância à contribuição de vocês para essa dissertação acontecer.

Enfim, gratidão a Deus ao Universo e as todas e todos intercessores da minha vida!

*Dedico este trabalho a Beatriz e Ana Julia minhas
filhas e aos meus pais Maria da Glória e José
Análíio.(In Memorian)*

RESUMO

Essa pesquisa se propõe a estudar a história do prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo da cidade de Niterói, desde sua inauguração em 2 de outubro de 1929 até seu tombamento em nível municipal, em 25 de maio de 1994, com seus desdobramentos e sua vida útil até 2015. Para tanto, analisam-se os processos de construção de significados em torno desse edifício que se constitui como bem cultural importante da cidade de Niterói, inclusive, por conta de seus aspectos históricos e seu valor arquitetônico. O prédio, inaugurado no final da década de 1920, foi construído para abrigar o Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (IFEARJ), que daria suporte ao porto de Niterói. Convém destacar que nesta ocasião a cidade de Niterói passou a ser a capital do Estado do Rio de Janeiro. Tal informação consta no processo de patrimonialização, que está sob a responsabilidade do Departamento de Preservação do Patrimônio Cultural (DePac), vinculado à Secretaria de Culturas do município de Niterói. Com a extinção do órgão IFEARJ em 1931, o edifício passou a abrigar outras repartições da administração pública estadual, até ser esvaziado completamente, no ano de 2015. Apesar de ser patrimonializado pelo município, no ano de 1994, a edifício se encontra deteriorado, pois não há políticas de conservação e restauro voltadas para a sua preservação, o que leva esta pesquisa a refletir sobre as estreitas relações entre memória, patrimônio cultural, produção de esquecimento social e preservação. Pretende-se discutir, ao longo deste trabalho, dimensões dos processos de patrimonialização e os limites da preservação do patrimônio cultural, a partir da história desse prédio monumental da cidade de Niterói. Convém, por fim, destacar que este estudo é importante para uma melhor compreensão não só a história das políticas de preservação do patrimônio cultural, mas também para que se coloque em evidência aspectos da história da cidade de Niterói, que se encontram em vias de apagamento político.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Memória, Cidade e Esquecimento Social

ABSTRACT

This research aims to study the history of building No. 3 on Jansen de Melo Avenue in the city of Niterói, from its inauguration on October 2, 1929, until its registration as a municipal heritage site on May 25, 1994, including its developments and its useful life until 2015. To this end, the processes of constructing meanings around this building are analyzed, which constitutes an important cultural asset of the city of Niterói, particularly due to its historical aspects and architectural value. The building, inaugurated at the end of the 1920s, was constructed to house the Institute for the Promotion and Agricultural Economy of the State of Rio de Janeiro (IFEARJ), which would support the port of Niterói. It is worth noting that at this time the city of Niterói became the capital of the State of Rio de Janeiro. Such information is recorded in the patrimonialization process, which is under the responsibility of the Department of Cultural Heritage Preservation (DePac), linked to the Department of Cultures of the municipality of Niterói. With the dissolution of the IFEARJ agency in 1931, the building began to house other state public administration offices, until it was completely vacated in 2015. Although it was patrimonialized by the municipality in 1994, the building is in a deteriorated state, as there are no conservation and restoration policies aimed at its preservation, which leads this research to reflect on the close relationships between memory, cultural heritage, the production of social forgetting, and preservation. This work aims to discuss, throughout its course, the dimensions of the processes of patrimonialization and the limits of cultural heritage preservation, based on the history of this monumental building in the city of Niterói. Finally, it is worth highlighting that this study is important not only for a better understanding of the history of cultural heritage preservation policies, but also to bring to light aspects of the history of the city of Niterói, which are at risk of political erasure.

Keywords: Cultural Heritage, Memory, City, and Social Forgetting

LISTA DE ABREVIATURAS

DePac	Departamento de Preservação do Patrimônio Cultural
IFEARJ	Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro
INEPAC	Instituto Estadual de Patrimônio Cultural
NUPEP	Núcleo de Pesquisa Propriedade e suas Múltiplas Dimensões
PROPRIETAS	Programa Institutos Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação do CNPq
TCE-RJ	Tribunal de Contas do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Foto do primeiro prédio administrativo da cidade de Niterói

Imagem 2 – Mapa que evidencia a região onde encontra-se o primeiro prédio administrativo de Niterói

Imagem 3 – Foto com destaque do primeiro prédio administrativo de Niterói

Imagem 4 – Foto da cerimônia de inauguração do novo prédio do Instituto de Fomento Agrícola do Estado do Rio de Janeiro

Imagem 5 – Foto das autoridades que compareceram a inauguração do novo prédio do Instituto de Fomento Agrícola do Estado do Rio de Janeiro

Imagem 6 – Foto de página do processo de tombamento que mostra a edificação sem a escada de incêndio

Imagem 7 – Foto de planta anexada ao processo de tombamento

Imagem 8 – Foto do primeiro prédio administrativo de Niterói de 2021 com destaque para a escada de incêndio

Imagem 9 – Foto que consta no processo de tombamento com destaque para o braço da ponte em frente ao primeiro edifício administrativo de Niterói

Imagem 10 – Foto do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro que funcionou na Avenida Jansen de Melo nº3

Imagem 11 – Foto da capa do processo de tombamento do prédio da Avenida Jansen de Melo nº 3

Imagem 12 – Folha do processo de tombamento que descreve aspectos da construção do edifício da Avenida Jansen de Melo nº3

Imagem 13 – Foto do interior do prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo de Niterói .Balcão de recepção. (2018)

Imagem 14 – Foto do interior do prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo de Niterói. Recepção. (2018)

Imagem 15 – Foto da fachada do prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo de Niterói

Imagem 16 – Foto da fachada do prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo de Niterói com destaque para o braço da Ponte Rio-Niterói

SUMÁRIO

I) Introdução	p.12
II) Capítulo 1 – Biografia de um prédio monumental	p.18
1.1. Dimensões da História da cidade de Niterói e seus bens culturais	p.18
1.2. O primeiro prédio administrativo da cidade de Niterói, Jansen de Melo nº3, em seus diferentes usos e apropriações	p.26
III) Capítulo 2 – História de um tombamento	p.47
2.1.O tombamento do primeiro prédio administrativo Jansen de Melo nº3, de Niterói: aspectos de sua patrimonialização	p.47
IV) Capítulo 3 – Usos e desusos de um bem cultural	p.63
3.1. Preservação dos bens culturais em Niterói: problemas e questões	p.63
V) Considerações finais	p.77
VI) Referências bibliográficas	p.80

I) Introdução

Essa pesquisa tem como objeto de estudo do primeiro prédio administrativo da cidade de Niterói, o edifício nº 3 da Avenida Jansen de Melo, que foi construído para abrigar o Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio (IFEA-RJ), em 2 de outubro de 1929, cuja função seria dar apoio ao porto na exportação de café. O edifício em questão foi considerado o primeiro arranha-céu, mais tarde pela mídia, por ser a edificação mais alta da cidade na ocasião em que foi construído, possuindo seis andares, sobretudo em relação a outras edificações da época, que na maioria, eram casa de um pavimento. Convém destacar que sua estrutura foi considerada muito avançada, por possibilitar a instalação de um elevador, equipamento inédito na cidade. Trata-se, portanto, de um prédio monumental, como é citado no seu processo de patrimonialização.

O edifício foi tombado pela Prefeitura de Niterói, através da Lei nº 1.289, sete décadas mais tarde, em 25 de maio de 1994. Do ponto de vista arquitetônico, ele apresenta uma composição de linhas pré-modernistas, originalmente revestida por pó-de-pedra e está situado em uma das principais avenidas da cidade, a Jansen de Mello. Este foi sede de diversos órgãos públicos, como o Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Agricultura e Trabalho, o Conselho de Contas do Estado, o Arquivo Público Estadual e a 1ª Inspetoria Regional do TCE-RJ¹, e, ainda, abrigou o Centro Cultural Paschoal Citadino. É interessante destacar que embora o edifício em questão tenha sido considerado posteriormente o primeiro arranha-céu da cidade de Niterói, não há menção desta dimensão, no seu processo de patrimonialização.

O primeiro arranha-céu, erguido na cidade de Niterói (RJ), foi construído para abrigar repartições da administração estadual fluminense, na ocasião em que a cidade foi capital do estado do Rio de Janeiro. Inicialmente funcionou no espaço do prédio, o Instituto de Fomento à Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (IFEA-RJ), que foi fundado em agosto de 1926, pelo chefe do executivo local Feliciano Pires de Abreu Sodré, para a política da defesa cafeeira. Os governos estaduais ficaram responsáveis por esta instituição que funcionou

¹ Para maiores informações consultar reportagem sobre o Tribunal de Contas do Rio de Janeiro. TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO DE JANEIRO. TCE-RJ inaugura sede própria da ECG em Niterói. Disponível em <https://tce-rj.jusbrasil.com.br/noticias/978224/tce-rj-inaugura-sede-propria-da-ecg-em-niteroi>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

até 1931 quando foi extinta. É, então, inaugurada a Secretaria de Fomento Agricultura e Trabalho.

Até o ano de 2015, quando o prédio foi completamente desocupado pelos órgãos públicos, outras secretarias administrativas do Estado fizeram uso desse espaço, mas não há registros de alguns destes usos no processo de patrimonialização municipal. Desde que deixou de ser ocupado por repartições públicas, o edifício histórico ficou exposto à deterioração e foi saqueado várias vezes, mesmo tendo sido reconhecido como bem cultural pelo tombamento em nível municipal, em 1994. Até os dias atuais, a edificação não foi reconhecida como patrimônio cultural, pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC), que é o órgão que pertence a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, ao qual compete desenvolver ações para a preservação do patrimônio cultural e artístico, no âmbito do território fluminense.

Assim, o estudo da biografia do edifício histórico, em suas três fases de vida – apogeu, uso e desuso – deixa em evidência o processo de afirmação do prédio como bem cultural relevante no quadro geral do patrimônio cultural da cidade de Niterói, mas também problematiza questões relativas a construção e produção do esquecimento, já que este prédio se encontra deteriorado e em desuso faz quase dez anos. É, por isso, que a análise a ser desenvolvida nesta pesquisa se apóia, no uso do conceito de patrimônio fantasma², proposto pela historiadora Márcia Motta para definir e identificar bens do patrimônio cultural material, que se encontram esquecidos pelo poder público e se deterioraram, por destruição provocada pelo tempo, por processos de demolição, ou que se encontram em ruínas.

A interrogação sobre o patrimônio fantasma participa do universo de reflexão mobilizado em torno da rede de cooperação científica PROPRIETAS, que integra o Programa Institutos Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação do CNPq. Esta rede é composta por uma equipe de pesquisadores das áreas de História, Direito, Artes e Patrimônio, dedicados a interrogar a história social das propriedades e direitos de acesso, com o objetivo de fomentar as discussões acerca da ideia de bem comum, historicizando e problematizando a noção de propriedade individual, muitas vezes tomada como natural e absoluta. Esta, ainda, se propõe a funcionar como um canal para debate e reflexão sobre a temática da propriedade, para produção e divulgação de pesquisas, bem como para intercâmbio e interação entre pesquisadores cujos trabalhos zelam pela preservação e defesa de interesses coletivos.

² Para maiores informações sobre o conceito, cunhado pela pesquisadora Márcia Motta, conferir <http://patrimonios.proprietas.com.br>.

Para reforçar essa perspectiva dialoga-se com o conceito de Arquitetura Evanescente proposto por Fernando Atique (2019)³, em sua obra que se volta para o estudo de importantes prédios que desapareceram na cidade do Rio de Janeiro como o Solar Monjope, construído em 1920, no Jardim Botânico e, ainda, o Palácio Monroe, erguido na Cinelândia, em 1904, no Centro do Rio. A situação de abandono é condição de vários bens e referências culturais, da região do Centro da cidade de Niterói, que pertencem ao Estado. Dentre estes bens temos o Palácio São Domingos, na rua Visconde do Rio Branco (conhecida como a rua da praia) com a rua Marechal Deodoro; o antigo prédio do IML na rua Coronel Gomes Machado, ao lado do prédio da Prefeitura (novo) e, ainda, o Hospital do IASERJ, na rua Heitor Carrilho nº53. E é dentre estes que também encontra-se o primeiro arranha-céu da cidade, localizado na principal avenida da época, a Jansen de Melo, nº3, no bairro de São Lourenço. A edificação em questão não desapareceu, ainda está de pé, em total estado de abandono, desde o seu esvaziamento, em dezembro de 2015.

Estudos específicos ligados ao mapeamento dos patrimônios culturais foram a ponta de lança para despertar o meu interesse em relação aos prédios patrimonializados e a edificações não patrimonilizadas que se constituem como referências culturais da cidade de Niterói. A construção do tema desta pesquisa deriva da experiência de colaborar com projetos como o *Mapa dos Patrimônios* e de minha participação no grupo de pesquisa PROPRIETAS Instituto Nacional de Ciências e Tecnologias (INCT), no Núcleo de Pesquisa Propriedade e suas Múltiplas Dimensões (NUPEP) e no grupo PROPIETAS Cultural.

Em virtude de diferentes pesquisas, com as quais tive contato, ligadas ao mapeamento do patrimônio cultural, defini o meu interesse pelo estudo de edifícios históricos, localizados na cidade de Niterói. Esta escolha ocorreu depois que mapeei referências culturais como aldeamentos indígenas, cemitérios, cinemas, clubes, casas proletárias, escolas, estradas de ferro, fazendas, hospitais, manifestações culturais, museus, portos, praças, patrimônios naturais, presídios e teatros. Novo e desafiador, o mapeamento, vivenciado nesses espaços de pesquisa, coloca em evidência prédios históricos, que foram abandonados pelo governo do Estado do Rio de Janeiro e que marcam a história da cidade de Niterói e seu protagonismo político.

É importante pontuar que o campo de interrogação desta pesquisa dialoga não só com a história das políticas de preservação do patrimônio cultural, mas também com a história da cidade de Niterói. O edifício em questão, primeiro arranha-céu da cidade de Niterói,

³ Conferir ATIQUE, F. *Arquitetura Evanescente: o desaparecimento de edifícios cariocas em perspectiva histórica*. São Paulo: EDUSP, 2019.

relaciona-se à memória urbana e a uma memória sensível da paisagem que mobiliza lembranças. É, por isso, que este trabalho também se volta para uma abordagem da memória como uma construção social pela experiência compartilhada. O objetivo geral desta pesquisa é, portanto, refletir sobre processos de patrimonialização e os limites da preservação do patrimônio cultural, recuperando principalmente dimensões da história desse primeiro prédio administrativo. A historicidade do seu processo de patrimonialização pode contribuir para pontuar a ausência de políticas de preservação para edificações como essa.

Já os objetivos específicos são: i) caracterizar, em diálogo com a história de Niterói, a história do antigo edifício do Instituto de Fomento Agrícola do Estado do Rio até ser sede da Escola de Contas do TCE; ii) abordar a política de preservação do patrimônio cultural no município de Niterói; iii) interrogar o processo de produção de patrimônio fantasma.

Pretende-se, por fim, questionar porque determinadas propriedades que foram legadas ao abandono e levadas à degradação pela ausência da ação preservacionista do Estado; e, em segundo plano, a despeito do descuido estatal, trata-se de verificar a produção de significados em torno de edifícios históricos que se constituem como elemento da construção dos quadros social das memórias de grupos e comunidades.

A degradação de muitos desses bens culturais estão também relacionados à especulação imobiliária, à inércia da administração pública e, até mesmo, aos usos de bens públicos em favor de interesses sociais específicos. Além disso, é importante mencionar que o tombamento dos imóveis pelos órgãos responsáveis não representa garantias para a preservação dos bens do patrimônio cultural, tendo em vista que os órgãos responsáveis não são capazes de cumprir com o seu papel como responsáveis pelos bens públicos.

A história de Niterói, assim como de outros municípios, apresenta muitos exemplos de bens patrimonializados e identificados como de interesse social para a preservação, que terminaram relegados ao esquecimento. A vida cultural da cidade perdeu mais de 90% de seus cinemas de rua, e, muitos destes espaços passaram a ter novos usos. Há espaços que se tornaram igrejas evangélicas, lojas, mercados e prédios residenciais. Estes patrimônios e outros foram importantes para a cidade e fizeram parte da história de Niterói.

Pretende-se realizar uma pesquisa qualitativa com base na constituição de um *corpus documental* formado pelo processo de tombamento municipal, fotografias de diferentes épocas, reportagens da revista Fon-Fon, da Revista Aduaneira, documentação cartográfica e, ainda, o conjunto de decretos municipais voltados para patrimonialização dos bens culturais de Niterói. A metodologia usada na pesquisa pretende restringir a análise sobre um bem em particular, o primeiro arranha-céu da cidade de Niterói, procurando mostrar seu significado,

inclusive, político, já que Niterói na ocasião de sua inauguração era a capital do estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, utilizam-se os métodos de crítica interna e externa das fontes, especialmente em relação ao conjunto de documentos.

A análise das imagens se baseará no que atualmente vem sendo produzido, sobretudo na área de História, acerca da utilização dessas figuras enquanto fontes válidas e problematizadas como propõe a historiadora Ana Mauad, e não apenas como apêndices ou painéis de uma narrativa. Ao longo do trabalho serão apontadas ferramentas de reconstrução de memórias, pois quando se estuda um bem patrimonial, não há só um edifício, mas toda uma narrativa local, criada que lhe confere um peso na memória coletiva.

O seu caráter multifacetado permite perceber como – e a despeito do nítido abandono por parte do Estado – ele não foi vítima da percepção da municipalidade enquanto um bem histórico e cultural, apesar de aqui nos referirmos a ele como “fantasma”, dado o abandono por parte de quem deveria preservá-lo.

Para tanto, esta pesquisa está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo, cujo título é **Biografia de um prédio monumental**, mostra um pouco da História da cidade de Niterói para melhor contextualizar o momento histórico de construção do primeiro arranha-céu e, ainda, alguns dos diferentes usos e apropriações desse importante espaço público. O capítulo coloca em evidência, então, além de aspectos da história da cidade de Niterói, as diferentes Secretarias e Instituto Públicos que foram sediadas neste prédio, no período de 1929 a 2015. Esses órgãos públicos são os relatados no processo e dentre estes se encontram o Instituto de Fomento Agrícola do Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Agricultura e Trabalho, o Conselho de Contas do Estado, o Arquivo Público Estadual e a 1ª Inspetoria Regional do TCE-RJ. Também há outros órgãos públicos que se instalaram no prédio, mas que não foram registrados no processo. O que se observa é que, ao longo de várias décadas, o primeiro arranha-céu de Niterói teve muitos usos e apropriações e algumas destas estão vinculadas ao fato de Niterói ter sido capital do estado do Rio de Janeiro, por isso, são resgatados aspectos da historicidade da cidade.

O segundo capítulo, cujo título é **História de um tombamento**, se volta para o estudo do tombamento do primeiro arranha-céu de Niterói, aspectos de sua patrimonialização e também dimensões do patrimônio fantasma em diálogo com as questões ligadas ao esquecimento social. O capítulo mostra, então, como foi o processo de tombamento realizado pelo município, já que o prédio pertence a uma esfera superior que é o Estado do Rio de Janeiro e esse era o principal impedimento para tombamento devido à lei orgânica de Niterói. É importante destacar que ainda há uma disputa até os dias atuais em torno desse bem e, por

isso, colocasse essa em evidência, para que se possa compreender melhor o estado atual do prédio e a ausência de políticas de preservação. Não houve um acordo entre as esferas governamentais e esse é um dos motivos que explica o abandono do prédio que foi tão relevante para a história política da cidade e, ainda, apresenta valor arquitetônico importante pelas características da edificação para o período.

O terceiro capítulo, cujo título é **Usos e desusos de um bem cultural**, por sua vez, propõe um debate sobre a revitalização da área portuária de Niterói e as edificações patrimoniais do entorno e, ainda, discute questões sobre a preservação dos bens culturais em Niterói. A Prefeitura de Niterói vem restaurando vários bens que estavam em estado de abandono, e neste contexto de valorização desses bens culturais edificados, a área do Porto e seu entorno está sendo contemplada e vem sendo revitalizada.

Há poucos meses ocorreu a inauguração do Mercado Municipal, que estava a mais de 40 anos fechado, e, ainda, a abertura de um novo Hipermercado na região. É interessante destacar que com a derrubada da antiga fábrica de refrigerante Mineirinho que estava abandonada há décadas – desde a transferência da fábrica para o município de São Gonçalo – foi construído um condomínio residencial e no seu entorno outros condomínios estão surgindo em virtude do crescimento da especulação imobiliária na região. Quanto à preservação do primeiro arranha-céu de Niterói, pouco se sabe o que será feito do prédio do antigo TCE, já que este segue em disputa entre a esfera estadual e municipal.

I) Capítulo 1: Biografia de um prédio monumental

1.1. Dimensões da História da cidade de Niterói e seus bens culturais

A partir do projeto *Mapa de Patrimônios*⁴, percebe-se que Niterói tem muitos patrimônios importantes ligados aos diferentes momentos da História de nosso país. Clicando, por exemplo, em um dos ícones que aparecem no mapa em questão, uma nova janela se abre, revelando fotos e trazendo uma breve descrição do patrimônio selecionado. Dentre os patrimônios que lá se encontram há um aldeamento indígena, cemitérios, cinemas, clubes, casas proletárias, escolas, estradas de ferro, fazendas, hospitais, museus, um porto, praças, patrimônios naturais, um presídio, teatro e muitos outros.

Esses patrimônios foram e continuam sendo referência para as comunidades no âmbito das quais foram criados e se mantêm na memória coletiva, seja por meio de fotos, jornais, ruínas e pedra de fundação ou, ainda, como memórias afetivas de pertencimento. O patrimônio não pode ser analisado de forma dissociada da memória e da identidade. A maneira como retemos o passado e projetamos essa experiência em monumentos, tradições e até costumes é diretamente influenciada por escolhas, lembranças e também por ausências e apresenta vínculos muito estreitos com as diferentes dimensões da memória.

Pierre de Nora afirma, por exemplo, que os lugares de memórias são fundamentais nas sociedades mais contemporâneas, em particular as sociedades do final do século XX, para a preservação da própria memória social, sobretudo por conta da aceleração do tempo e porque já não somos mais capazes de habitar nossa memória (NORA, 1993, p.08). Em entrevista concedida a Ana Cláudia Fonseca Brefe, para a Revista História Social (UNICAMP), o historiador afirma “(...) um *lugar de memória*, para mim, não poderia nunca ser reduzido a um objeto material, mas, sim, ao contrário” (NORA, 2023, p.30).

Nora, ainda, destaca que “(...) a noção é feita para liberar a significação simbólica e memorial – portanto, abstrata – dos objetos que podem ser materiais, mas na maior parte das vezes não o são”. (NORA, 2023, p.30)⁵. A noção de lugar de memória nos permitir redimensionar as leituras sobre os patrimônios que estão, por vezes, associados a lembranças e esquecimentos. No caso da cidade de Niterói, em virtude de seu vínculo com a política nacional, há muitas edificações que ainda conservam aspectos dessa memória e que estão em vias de esquecimento não só histórico mas também material.

Muitos deles não foram tombados ou registrados, mesmo os públicos e particulares, pois não receberam o tratamento que deveria ocorrer, por parte dos órgãos públicos

⁴ Para conhecer melhor o projeto em questão conferir <http://patrimonios.proprietas.com.br/index.php>

⁵ Conferir entrevista na íntegra em <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/363>

responsáveis. Isso ocorre por não serem tais bens importantes o suficiente para o grupo que define o que é ou deixa de ser importante, ou seja, neste caso, os representantes governamentais.

Mas a história da cidade é mais ampla e sua importância política se vincula a diferentes momentos históricos como mostram os canais oficiais de divulgação da História de Niterói. Neste ano, a cidade de Niterói completa seus 450 anos. Trata-se, por isso, de uma cidade que tem muitas histórias que remontam, inclusive, a sua fundação com povos originários e que se vincula ao Cacique Araribóia que conquistou a sesmaria, por ter lutado ao lado do governador Mem de Sá, expulsando os franceses da cidade do Rio de Janeiro. É, assim, que em 22 de novembro de 1573, foi inaugurado o Aldeamento de São Lourenço dos Índios, que muito prospera até a morte do Cacique em 1587.⁶

Outro momento político importante ao qual a cidade se liga é ao contexto da chegada da Corte de D. João VI, em 1808, à colônia. Em virtude da própria presença da Corte no Rio de Janeiro, ocorre o desenvolvimento e prosperam as freguesias do recôncavo e também a freguesia de São João de Icaraí. D. João VI escolhe, nesta ocasião, São Domingos para ser um sítio de lazer. As festividades de seu aniversário atraíram novos visitantes para a localidade e, aos poucos, o que se observou foi o desenvolvimento do comércio e da navegação na região e o surgimento de muitos mascates atuando na cidade.⁷ Dentre as narrativas que marcam a História oficial da cidade conta-se que

Em 1816, quando D. João VI visitou o povoado, foi presenteado com um casarão onde ficou hospedado. Esse imóvel posteriormente foi denominado Palacete de São Domingos e localizava-se no Largo de São Domingos. Essa visita possibilitou a ascensão do povoado à condição de Vila Real. Mas, embora o Alvará Régio tenha estabelecido a sede da Vila em São Domingos, a sede foi deslocada para o antigo Campo de Dona Helena (no atual Centro da cidade), devido à pequena extensão de seu largo. (...) Quando Niterói tornou-se a nova capital da Província do Rio de Janeiro (1835), os primeiros presidentes da Província também ficaram hospedados no antigo Palacete. E o entorno do Largo de São Domingos – a atual praça Leoni Ramos – foi também o endereço de diversos nomes ilustres da Província.⁸

É neste contexto da chegada da Corte, como apontam os canais de divulgação da História de Niterói, que a cidade é elevada à categoria de Vila. Essa condição mostra a importância política que na ocasião a cidade já apresentava.

⁶ Conferir http://niteroitv.com.br/guia/niteroi_historia.asp.

⁷ Conferir http://niteroitv.com.br/guia/niteroi_historia.asp.

⁸ Conferir <https://www.culturaniteroi.com.br/blog/depac/530?id=529&equ=depac>.

Em 1817, Niterói foi elevada à categoria de Vila, e apesar de São Domingos ser escolhido para sua sede, esta foi transferida para a Praia Grande. Ainda no início do século XIX, foi traçado um plano urbanístico para a área que viria a se tornar o atual Centro de Niterói. Este plano previa a construção de cinco ruas paralelas ao mar e oito perpendiculares, que cruzavam em ângulo reto com várias praças. Quando a Cidade do Rio de Janeiro foi transformada em sede do Governo Imperial, em 1834, tornou-se necessário escolher o local para instalar o Governo Provincial. Assim, a Vila Real da Praia Grande foi elevada à categoria de Cidade de Nictheroy e passou a ser a capital da Província do Rio de Janeiro. A partir de então, a importância político-administrativa atribuída ao local provocou novo impulso para a cidade, com a multiplicação das edificações públicas, comerciais, residenciais e também com a abertura de novas ruas.⁹

É interessante destacar que depois da Independência do Brasil e do fim do Primeiro Reinado, o ímpeto de descentralização do estado que caracterizou o período de governo regencial, levou à promulgação do Ato Adicional de 1835 que definiu a separação do governo central imperial do governo da província fluminense¹⁰. O resultado foi a transformação da antiga vila da Praia Grande em capital provincial e sede da presidência da província, passando a ser chamada de Niterói. A partir de então, a importância política e administrativa da cidade deu novo sentido à vida local.

Nos anos em que Nictheroy afirmou sua condição de capital provincial, houve várias inovações urbanas como a barca a vapor (1835) realizado pela Cantareira e Viação Fluminense, a iluminação pública feita com óleo de baleia (1837), os primeiros lampiões à gás (1847), o abastecimento de água (1861), o surgimento da Companhia de Navegação de Nictheroy (1862), o bonde de tração animal da Companhia de Ferro-Carril Nictheroyense (1871), a Estrada de Ferro de Niterói que liga a cidade com localidades do interior do estado (1872), e, ainda, os bondes elétricos (1883).¹¹

No final do século XIX, por volta de 1885, alguns sistemas de bonde criados possibilitaram a expansão da cidade, ao longo litoral, para lugares como Ponta D'Areia, Icaraí e Itaipu. O imperador dom Pedro I, nove anos depois, concedeu à cidade de Niterói o título Imperial Cidade. Este título era concedido, na época do Império, aos maiores centros urbanos do país. Dessa forma, a cidade de Niterói adquire mais autonomia e poder regional. Por fim, é interessante mencionar que ao passar a se chamar Nictheroy¹², a cidade assumia identidade associada a um nome de origem tupi que significa "rio verdadeiro frio".

⁹ Conferir <https://www.culturanniteroi.com.br/blog/depac/530?id=529&equ=depac>.

¹⁰ Conferir http://niteroitv.com.br/guia/niteroi_historia.asp.

¹¹ Conferir http://niteroitv.com.br/guia/niteroi_historia.asp.

¹² Conferir <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/historico>

Em 1893, depois da Revolta da Armada, que destruiu vários prédios na zona urbana e bairros litorâneos, e teve como desdobramento a paralisação de atividades produtivas da cidade, surgem divergências políticas internas, que levam a interiorização da cidade-sede e a transferência da capital para Petrópolis. Esta condição se manteve, então, por quase 10 anos.¹³

Com a amenização da crise política decorrente da Revolta da Armada e a superação de disputas políticas regionais, Niterói voltou a ser a capital do estado do Rio de Janeiro, o que se deu no ano de 1903 e isso ocorre por sua proximidade com o Rio de Janeiro, município dos mais importantes no cenário político do Brasil do período, principalmente por ser o maior exportador de café. Acontece, então, um novo impulso de modernização na cidade, marcada pela construção de praças, deques, parques, estação hidroviária e rede de esgotos, além de alargamentos das ruas e avenidas principais, sobretudo por conta de sua condição no Estado Fluminense¹⁴.

De acordo com a perspectiva da História Oficial do município, esse processo de modernização vinculado à condição de capital que a cidade, começa a ganhar contornos a partir da gestão do Prefeito Paulo Pereira Alves.

O precursor dessa série de renovações urbanas foi o primeiro Prefeito de Niterói, Paulo Pereira Alves (Janeiro a Novembro de 1904), idealizador de uma imponente avenida na Praia de Icaraí, "fundo de quintal das apalacetadas chácaras da Rua Moreira César", indo até São Francisco, e daí alcançando as Praias Oceânicas, pelo prolongamento da Estrada da Cachoeira. Essa avenida se destinava a implantação de hotéis, cassinos, praças de esportes e outros centros de lazer e diversão na Orla de Icaraí e São Francisco.¹⁵

O Prefeito João Pereira Ferraz, que esteve a frente da gestão do município entre 1906 e 1910, investiu em obras de urbanização associadas ao embelezamento de Niterói, que envolveram áreas como a Praia das Flechas, a Alameda São Boaventura e a área que hoje corresponde ao bairro de Icaraí.

¹³ Conferir http://niteroitv.com.br/guia/niteroi_historia.asp.

¹⁴ De acordo com os canais da História Oficial de Niterói neste novo contexto em que a cidade volta a ser considerada capital "(...) várias edificações foram construídas simbolizando o status adquirido pela capital como a Prefeitura no Largo do Pelourinho – Palácio Araribóia (1904), a Câmara no Largo do Rocio, atual Jardim São João (1908), os correios e estação hidroviária – barcas (1908). Os parques e praças receberam nova urbanização como o Largo de São Domingos (1905), o Campo de São Bento (1910), Praça Araribóia (1911), Praça General Gomes Carneiro (Rink) – antigo Largo da Memória (1913), entre outros. Se destacaram alguns melhoramentos urbanos como iluminação à gás (1904), inauguração da primeira linha de bondes elétricos ligando o Centro à Icaraí (1906), alargamento da Rua da Conceição (1907), inauguração da Alameda São Boaventura (1909), alargamento da Estrada Leopoldo Fróes (1909), inauguração da rede central de esgotos (1912)". Informações extraídas da rede social oficial da Prefeitura da cidade de Niterói http://niteroitv.com.br/guia/niteroi_historia.asp.

¹⁵ Conferir http://niteroitv.com.br/guia/niteroi_historia.asp.

A gestão do Prefeito João Pereira Ferraz (1906/1910), foi caracterizada pela concretização de um audacioso Praia das Flechas projeto de urbanização e embelezamento de Niterói no qual se incluíram a pavimentação e retificação da Alameda São Boaventura (1909), Avenida da Praia de Icaraí, construção do cais da e do Jardim do Gragoatá, edificação da primeira sede da Prefeitura (Palácio Araribóia) e a urbanização do Campo de São Bento, (denominado Parque Prefeito Ferraz em sua homenagem).¹⁶

O processo de remodelamento da cidade de Niterói é marcado também pelo desenvolvimento do setor de transportes, principalmente depois de 1908, quando se inaugura a nova Estação das barcas Rio-Niterói, Barcas da Companhia Cantareira e viação. Há uma efervescência cultural a partir desse espaço. Este local era um conhecido ponto de encontro de literatos, políticos, professores, jornalistas e intelectuais da cidade.

Convém destacar que médicos, engenheiros, advogados foram os primeiros intelectuais da cidade que gostavam de discutir assuntos que estavam circulando nos jornais e revistas. Eles também publicavam nesses meios midiáticos, e discutiam aspectos vinculados as epidemias, as guerras, as perdas e as angústias. Segundo Carlos Werhs, o local era central, pois dali eles conseguiam avistar o relógio do edifício da companhia Cantareira, controlando o tempo de tomar um cafezinho e o clássico copo d'água, até a saída da próxima barca. O estabelecimento fechava as portas as 22:00hs, e, depois eles iriam para o restaurante Lido, no bairro de São Francisco, continuando assim suas reuniões literárias.

Nas décadas de 1910 a 1930, a cidade buscava novos padrões e ficam evidentes as intervenções urbanísticas, que marcam o processo de modernização em curso, a partir do qual tentava-se criar e consolidar uma identidade própria para a cidade. Merece realce neste contexto a chamada “Renascença Fluminense”, movimento criado e incentivado pelo secretário perpétuo da Academia Fluminense de Letras, Lacerda Nogueira, com o objetivo de preservar o Estado e o respeito aos grandes nomes e defender a memória das instituições liberais (Soares,1992).

Em 1917, foi fundada a Academia Fluminense de Letras, já em 1923, por sua vez, foi fundada a Academia Fluminense de História e Letras por alguns intelectuais e que teve seu nome alterado, um ano depois, para Cenáculo Fluminense de História e Letras. No ano de 1925, aos alunos do Colégio Abílio criaram o Grêmio Rio Branco e divulgavam suas atividades no jornal “O Discípulo”. O colégio foi extinto, então, o Colégio Brasil, passa a ocupar esse espaço no mesmo ano, esse prédio foi residência do Barão de Icaraí. Depois os

¹⁶ Conferir http://niteroitv.com.br/guia/niteroi_historia.asp.

alunos organizam o Grêmio Literário Euclides da Cunha, que era rival do Rio Branco. Nesse período há um destaque dos jovens que cultivavam as tradições locais.

É interessante retomar as ações do gestor Feliciano Sodré, pois o mesmo cria o Centro Cívico de Niterói, acompanhando os processos de modernização que também marcam a cidade do Rio de Janeiro, então, capital do país, na ocasião. É o prefeito Feliciano Pires de Abreu Sodré, que governou Niterói de 1911 a 1914, quem cria a ideia de um conjunto arquitetônico que se constitui como importante Centro Cívico de Niterói. Este concentraria os principais prédios entorno de uma praça que inicialmente se chamava Praça D. Pedro II, e, mais tarde fora renomeada para Praça da República, em 1927 (Telo, 2011).

É relevante mencionar que o Centro Cívico de Niterói foi projetado pelo arquiteto Pietro Campofiorito, então, funcionário do Governo do Estado do Rio de Janeiro, mas o projeto foi assinado por Lothar Kastrup, da Secretaria estadual de Obras, por não ser Campofiorito diplomado no Brasil. É neste contexto de modernização urbana que começam a surgir, então, edifícios administrativos no Centro da cidade de Niterói: o Palácio Araribóia; a Prefeitura Municipal e toda quadra; a Biblioteca Pública; a Praça da República; o Liceu Nilo Peçanha (antiga Escola Normal); o Palácio da Justiça (Fórum) e, por fim, o Palácio da Polícia (atual 76ª DP). Todo esse espaço ficou conhecido como Centro Cívico, e suas edificações foram tombadas, mais tarde, pelo Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN).

É importante sublinhar também que o marco arquitetônico-urbanístico da cidade é a Praça Renascença, localizada na Enseada de São Lourenço, espaço onde foi, construído também o porto, a primeira estação ferroviária de Niterói, o mercado municipal e o primeiro prédio administrativo da cidade que aqui se constitui como objeto de estudo. Convém destacar que as obras de remodelamento e modernização da cidade de Niterói, novamente alçada à condição de capital, seguiram na gestão de Feliciano Pires de Abreu Sodré, que investiu em obras na região da Ponta D'Areia e em redes de saneamento que beneficiaram não só essa região como as áreas de São Lourenço e do Fonseca.

Feliciano Pires de Abreu Sodré deu prosseguimento à obra remodeladora de Pereira Ferraz. Em 1911, o Porto de Niterói começa a ser idealizado entre a Ponta D'Areia e o Porto do Méier, região da Enseada de São Lourenço (ou Mangue de São Lourenço), outrora ocupada por manguezais, e que a partir dos séculos XVIII e XIX, começou a sofrer progressivo processo de assoreamento, tornando-se o vazadouro de lixo da cidade, insalubre, uma "ferida cancerosa aberta em pleno coração da cidade" (Comissão Construtora do Porto de Nictheroy e Saneamento da Enseada de São Lourenço, 1927). Em 1913, oficializou-se por decreto a construção do Porto de Niterói, aos moldes do Porto do Rio de Janeiro. A cidade aos poucos

desenvolvia-se nas mãos de Feliciano Sodré, que implantou uma rede de saneamento, beneficiando São Lourenço, Fonseca e Ponta D'Areia.¹⁷

Dentro desse contexto de urbanização é interessante destacar o investimento em edificações verticais suntuosas consideradas modernas. No final dos anos 1920, começa uma grande inovação em relação às construções de novos prédios com os gabaritos mais altos. É quando começam a ser construídos os seus primeiros arranha-céus no Brasil considerados uma revolução na arquitetura especialmente por sua condição de multiplicador territorial. Esse movimento mais amplo traz uma perspectiva e cria rupturas.

Sabemos que essas construções aumentaram muito nos anos 1930 no Brasil, no governo de Getúlio Vargas, criando mudanças sociais, políticas e econômicas. Essa nova perspectiva expressa nos prédios públicos, construídos no período, o poder político e sua grandeza. É interessante sublinhar que, nos Estados Unidos, eles tiveram sua origem já em 1880. As primeiras construções eram de 10 a 20 andares e, logo depois, começaram a aumentar com mais de cem metros. Não existia classificação mínima para que uma edificação fosse considerada um arranha-céu. Dentre os patrimônios de Niterói está um destes arranha-céus construído neste novo contexto em que a cidade retoma seu *status* de capital.

Em Niterói, o primeiro arranha-céu foi um prédio de seis andares inaugurado em 1929. Já, no Rio de Janeiro, o primeiro arranha-céu tem vinte e dois andares e mais de cem metros de altura, sendo considerado um marco da arquitetura brasileira e, ainda, o maior prédio da América Latina. Este prédio fica na Praça Mauá e é o edifício *A Noite* que ficou muito mais conhecido por sediar a Rádio Nacional, por décadas, tendo sido também inaugurado no ano de 1929.

No final do século XIX, o mercado imobiliário começou a perceber que quanto mais se ocupava um terreno com moradias, maiores eram os lucros. O aumento da produção do aço e ferro e a criação do primeiro elevador de segurança, em 1852, também foram determinantes para o começo dessa nova era na arquitetura.¹⁸ É neste contexto de desenvolvimento que é, então, construído o primeiro arranha-céu de Niterói. Este foi construído em área aterrada para as obras do Porto de Niterói, no aterramento de São Lourenço, e parte do terreno foi doada pela CEDAE, com a intenção de se criar um centro administrativo do Porto. Cabe destacar que essa questão foi alvo de reações contrárias, expressas em contendas judiciais.

Consta no processo de tombamento do prédio da Avenida Jansen de Melo de número 3, que desde seu encaminhamento o projeto não teve uma aprovação por sua maioria, pois o

¹⁷ Conferir http://niteroitv.com.br/guia/niteroi_historia.asp

¹⁸ Conferir <https://www.vivadecora.com.br/pro/arranha-ceu/>

maior impedimento é que o prédio era de outra esfera superior ao município. Esta referência foi feita no discurso de inauguração pelo presidente Dr. Joaquim Melo. O prédio estava vinculado à esfera estadual. Coube, então, ao ex-presidente do Estado, Feliciano Sodré decidir sobre a construção do primeiro prédio do Serviço Público. Na imagem abaixo se pode observar o primeiro arranha-céu da cidade de Niterói no dia de sua inauguração.

Imagem 1 – Foto do primeiro prédio administrativo da cidade de Niterói



Foto do dia da inauguração do prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo em Niterói. Foto de 02 de outubro de 1929. Disponível no acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_1929/fonfon_1929_041.pd publicado em 25/06/2021 *Imagem do dia da inauguração, 02/10/1929. Acesso 15 de dezembro de 2021 às 22:00*

Em relação aos outros prédios da década de 1920, sua estrutura foi considerada muito avançada, por possibilitar a instalação de um elevador, equipamento inédito na cidade. No discurso de inauguração, o presidente do Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Joaquim Mello, classificou o prédio como “majestoso em moldes mais amplos que seu congênere em São Paulo”. É, assim, que o Dr. Joaquim Mello, refere-se ao primeiro prédio administrativo de Niterói, que abrigaria o Instituto que presidia.

Sim! Disse ele, Monumentos não são somente as estátuas levantadas nas praças públicas. Na civilização industrializada dos nossos tempos, também o são as casas como esta que, destinadas a servirem de sede a serviços entrelaçados com os mais legítimos interesses das classes produtoras, se erguem exclusivamente à custa do seu labor sagrado, perpetuando e glorificando, entre os encantos e os requintes das cidades, os sacrifícios e os

triumfos dos que lavram a terra, semeiam as cultura colhem as safras, movimentam as usinas, criam as riquezas, enfim de que vivem e gozam as sociedades e as nações.¹⁹

Como se pode perceber, a partir da fala do gestor do Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro, há uma dimensão de monumentalidade no prédio inaugurado, nos tempos prósperos da década de 30, que está associada ao seu vínculo com a civilização industrializada. Na edificação moderna, erguida na então capital do Estado do Rio de Janeiro, a vocação agrária brasileira conjuga-se com a modernidade e a urbanidade.

O percurso histórico aqui desenvolvido deixa em evidência aspectos de historicidade muito ricos que se associam a História da cidade de Niterói e que ainda existem, a partir especialmente de edificações, que servem a novos usos e apropriações, e o primeiro arranha-céu de Niterói é um desses exemplares. Pretende-se, a partir do estudo desse bem cultural, patrimonializado pela prefeitura da cidade, explorar um pouco da rica história política de Niterói, em distintos contextos.

1.2. O primeiro prédio administrativo da cidade de Niterói, Jansen de Melo nº3, em seus diferentes usos e apropriações

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 2022, Niterói é um município localizado às margens da Baía de Guanabara no Estado do Rio de Janeiro, com uma população estimada de 481.749 pessoas e sua densidade demográfica é de 3.640,80 hab/km². É interessante destacar que a cidade de Niterói aparece na 13ª posição entre os municípios do país e, ainda, surge na 13ª posição entre os municípios, segundo os indicadores sociais referentes à educação.²⁰

A cidade é um dos principais centros financeiros comerciais e industriais do estado do Rio de Janeiro, sendo a 12ª entre as 100 melhores cidades brasileiras para se fazer negócios. O centro da cidade é dotado de praças importantes como a do Rink, a da República e o Jardim São João, e de alguns imóveis tombados e outros ainda não tombados nem pelo município e nem pelo estado do Rio de Janeiro. Niterói ostenta o mais elevado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) estadual e o sétimo maior entre os municípios do Brasil e, individualmente, é o segundo município com maior média de renda domiciliar.

¹⁹ O discurso acima referenciado foi retirado do processo de tombamento vinculado ao primeiro arranha-céu da cidade de Niterói. É interessante destacar que este discurso que exalta a modernidade e o progresso foi feito pelo presidente do Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado que era o Dr. Joaquim Mello.

²⁰ Conferir <https://www.ibge.gov.br/cidades/>

O desenvolvimento e prosperidade da cidade de Niterói, como apontam os índices cima mencionados, deve ser compreendido à luz de sua história e seu vínculo com a política nacional. Niterói, cidade muito próxima da cidade do Rio de Janeiro, desfrutava do ambiente político, que marcava o Estado do Rio de Janeiro e a capital federal. O historiador Paulo Knauss, ao percorrer os caminhos do patrimônio cultural fluminense, mostra um pouco desse ambiente político, que acabou influenciando o desenvolvimento de Niterói e que, hoje, permite a compreensão e até inserção política de prédios monumentais, como o primeiro arranha-céu da cidade. Para o pesquisador

(...) o Estado do Rio de Janeiro que conhecemos hoje possui história inusitada do ponto de vista da sua definição político-administrativa na ordem nacional. Esse fato tem desdobramento que marca o entendimento da construção de seu patrimônio cultural. O fato de a cidade do Rio de Janeiro ter-se constituído como importante centro político desde o período colonial ou, mais precisamente, desde sua fundação no século XVI, fez com que a presença de estruturas abrangentes de Estado fosse determinante em sua história, bem como da região. Dessa origem, como centro militar e político do poder metropolitano de controle dos domínios coloniais lusitanos na América entre as regiões de Cabo Frio e o contexto do rio da Prata, o Rio de Janeiro foi afirmando sua importância histórica. Isso quer dizer que sua dimensão histórica ultrapassava o alcance de sua vida social local, o que se vai aprofundar ainda mais com a instalação da sede do governo-geral e do vice-rei do Estado do Brasil na cidade em 1763, depois como Corte imperial, no século XIX após a Independência do Brasil, e, finalmente, como Distrito Federal, no contexto republicano entre 1889 e 1960, antes da transferência da capital para Brasília (Knauss, 2015, p.10)

Merece realce também para compreensão dessa prosperidade de marca a cidade de Niterói, aspectos da década de 1920, que marcaram a cidade. Entre os anos de 1923 a 1927, Niterói, como já se destacou, encontrava-se sob a gestão do governador Feliciano Sodré, que promoveu uma política de modernização da cidade. Dentre essas novas modernizações estavam a expansão da rede de saneamento e urbanização. Essas obras ficam paradas, com o fim da Primeira República, e só foram retomadas, em 1931, na gestão do prefeito Júlio César de Noronha, que duplicou a adutora da Serra de Friburgo e concluiu as obras do aterro de São Lourenço, a rua Jansen de Melo e a remodelação da Praça Araribóia (Soares, 1992, p.55).

Cabe destacar também aspectos da década de 1930, que marcaram a cidade de Niterói, e que dão continuidade a esse processo de modernização urbana. Nesse período o Brasil passa por várias mudanças em consequências da política mundial e nacional, com a posse de Getúlio Vargas ao poder, que marca o fim da Primeira República. Convém explicitar que a dita Primeira República, conhecida como República Velha ou República das Oligarquias, estende-se de 1889, ocasião da Proclamação da República e vai até 1930, com a ascensão de

Vargas ao poder. Com a crise do café, implementam-se, no país, investimentos da área industrial, que privilegiam inicialmente as indústrias leves e de base.

Em 1932, no bojo do processo de modernização da cidade de Niterói, foi inaugurada a segunda adutora de água de Niterói. Várias ruas do Centro, Ingá e Icaraí foram calçadas, e se deu início a pavimentação da avenida Feliciano Sodré, bem como ocorreu a ampliação do Cemitério do Maruí e a disputa para a construção do Mercado Municipal.

Trata-se de modernização que vem acontecendo desde 1910, continua nos anos 1920, e tem uma força muito maior no Estado Novo (1937-1945). Nessa época o prefeito Brandão Júnior, eleito pelo interventor Amaral Peixoto, dá continuidade e inaugura várias obras como a do Mercado Municipal como entreposto de frutas e legumes, que vinham do interior do estado e dos grandes mercados do Rio de Janeiro. Cabe destacar que o Mercado municipal encontrava-se localizado próximo ao porto, a linha férrea em São Lourenço, gerando vários empregos para trabalhadores vindo do interior do Estado e da cidade de Niterói e seu entorno. A rede de água e esgoto é ampliada e começam as obras de construção do Hospital Antônio Pedro, Azevedo Lima e do Centro de Saúde de São Lourenço, bem como a construção da avenida Amaral Peixoto no Centro da cidade. É importante mencionar a construção da rodovia Amaral Peixoto (RJ 104) que liga Niterói à Região dos Lagos (Soares, 1992, pp.125-127). Há também um processo de reurbanização acontecendo no bairro de São Francisco com a canalização de rios e aterramento de pântanos.

A cultura niteroiense nos anos de 1930 a 1960 começa a se destacar através de espaços de sociabilidade e lazer como bares, leiterias, cinemas, bailes musicais, praias e até espaços nos quais ocorriam as competições estudantis. O centro da cidade era escolhido para conversas dos políticos para decidir o rumo da cidade política e cultural. Dentre os principais cinemas da época estão o Odeon, o Cinema Éden, o Rio Branco, o Imperial, o Royal, o do Rink e o de Icaraí. A cidade de Niterói nesse período tinha duas estações de rádios: a Rádio Sociedade Fluminense cujo proprietário era Eduardo Luís Gomes Filho e, ainda, a Rádio Club Fluminense. Havia, ainda, os jornais *O Fluminense*, *Diário da Manhã* e *O Estado*, que eram jornais diários de grande importância para a cidade (Werhs, 1984, pp.305-317).

As praias eram outro lugar importante de lazer, reunindo as famílias inteiras, no final de semana ou em feriados. A Praia de Icaraí, na zona Sul, era a mais procurada, porque tinha com atração seu trampolim e o relógio do Cassino. As outras praias eram sempre desertas ou ocupadas por vilas de pescadores. Havia, ainda, a praia do Barreto, na zona norte da cidade, que também era própria para o banho.

Os clubes, faculdades, escolas e associações eram importantes com seus bailes. Na zona norte, no Barreto, havia o Clube Humaitá, o Combinado 5 de julho; no Fonseca havia o Clube Marajoara, e, na Ilha da Conceição, havia o Luzitano. No Centro, na rua São João, havia o Club Mimoso Manacá, que era bem popular, e era considerado um “arrasta pé” dos bons. Na zona Sul, havia o Clube Central, clube da elite da cidade no qual os jovens, nos finais de semana, podiam desfrutar de atividades como bailes para flertar e namorar, e, ainda, de atividades como competições esportivas como futebol, remo, voleibol e natação²¹.

Nos anos de 1940 a 1970, o carnaval de rua era bem popular e todos podiam conviver no mesmo espaço sem problemas, haviam muito blocos como no Barreto, Centro e Icarai tanto nas ruas, nos bondes e os bailes nas praias e os foliões super animados fantasiado. A escola de Samba Unidos do Viradouro²² é fundada em 1946 e o Acadêmicos do Cubango em 1959. Havia outras agremiações como o Combinado 5 de Julho, entre outros blocos de bairro.

Devemos lembrar que nos anos 1930, a Educação ganhou um novo impulso. O ensino foi uma grande ferramenta usada para formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, e ocorreu, a abertura de grupos escolares, tanto nos centros urbanos, como nas cidades do interior. Com isso, o presidente Vargas tem maior apoio das camadas populares, e acaba garantindo mão de obra para os setores industriais em crescimento. O governo fluminense, seguindo o mesmo caminho, cria, então, a Secretaria de Educação e Saúde, que ficaria responsável pela educação do homem da cidade e do campo. As escolas rurais tinham a função de fixar o homem no campo com melhores condições de vida, evitando o crescimento desordenado da cidade, a favelização e controlando os problemas socioeconômicos²³.

Com o desenvolvimento e a urbanização de Niterói, era cada vez maior a procura de pessoas vindos do interior do estado, a procura de emprego condições e melhores de vida na cidade, mas a realidade é que a cidade já não mais suportava esse quantitativo migratório. Havia uma enorme procura por emprego e uma vida mais digna, mas o que acontecia era uma outra realidade. Essas pessoas encaravam, muitas vezes, ao chegar na cidade, a falta de emprego e a falta de moradia e, com isso, se dava o aumento da favelização. Para enfrentar esses problemas sociais, o governo, em 1945 e 1946, cria a Legião Brasileira de Assistência e

²¹ Informação verbal fornecida por Paulo Silveira, morador de Niterói desde dos anos 1940. Seu pai foi vendedor de frutas na cidade e chegou vindo do interior do Estado, nos anos de 1930. Registro realizado por Leandro Manhães Silveira, em 14 abril de 2013. Memória Informação UFF.

²² História do GRES Unidos do Viradouro. [2012] Disponível em: <<http://www.gresuviradouro.com.br/html>>. acesso em 15 de abril.2013

²³ Honorato, Cezar. O assistente social e as favelas (1945/64). In: MELO Marco Antonio da Silva. Favelas cariocas: ontem e hoje. Rio de Janeiro; Garamond, 2012.parte1p.141-168.

a Fundação Leão XIII, com a função de inclusão social e reintegração desses grupos na sociedade, desmitificando a ideia de que favela estava ligada a marginalidade e um lugar perigoso.

No período de 1936 e 1952, em Niterói, foram fundadas novas faculdades como Escola Fluminense de Medicina Veterinária (1936), Faculdade de Economia (1942), Faculdade de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro (1944), Escola de Serviço Social de Niterói (1945), Faculdade de Filosofia (1947) e Escola Fluminense de Engenharia (1952).

Com a inauguração de Brasília, em 1960, e a transferência da capital para o interior do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro perde sua condição de capital e esse movimento tem, sem dúvida, um impacto político também na cidade de Niterói, já que em virtude disso, constitui-se o Estado da Guanabara. Convém sublinhar que o Estado da Guanabara foi criado em 1960 e extinto em 1975 e compreendia apenas a cidade do Rio de Janeiro. Este foi constituído após a transferência da capital para Brasília e era na prática política uma espécie de uma cidade-estado, com seu próprio governo e seu governador. No ano de 1975, o Estado da Guanabara foi fundido com o Estado do Rio de Janeiro e formou o que hoje conhecemos como Estado do Rio de Janeiro. Knauss, em artigo sobre os caminhos do patrimônio fluminense, destaca que

(...) a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960, deu origem ao Estado da Guanabara, única experiência histórica de cidade-estado no Brasil. Isso constituiu uma região com marcas profundas de integração econômica e social caracterizada pela repartição do corpo político em duas unidades federativas: o Estado da Guanabara e o antigo Estado do Rio de Janeiro (Knauss, 2015, p.11).

A constituição do Estado da Guanabara, no ano de 1960, redefiniu, como bem pontua Knauss, o campo da política fluminense e teve desdobramentos importantes no âmbito da organização política regional, já que agora, havia duas unidades federativas, gerindo um território que se desenvolveu de forma integrada. Esse reordenamento político acabou alterando, inclusive, o papel da cidade de Niterói, no âmbito da política do Estado do Rio de Janeiro. Para o pesquisador Knauss

(...) a fusão dos dois estados, em 1975, veio rever esse quadro e estabelecer uma redefinição política da região, comprometendo a organização política com a integração regional. A posição de centro político nacional da cidade do Rio de Janeiro durante muitos anos hierarquizou politicamente a relação com a região. Ao se tornar o centro da política regional a partir da fusão, a cidade ganhou novo papel político, que não permitiu a rejeição do aprofundamento nas estruturas regionais, acompanhando, assim, o movimento da história econômica e demográfica regional. Contudo, essa marca histórica da construção política do Rio de Janeiro como cidade e região delimita o campo dos dilemas para a definição de uma política para o

patrimônio fluminense decorrente da própria complexidade histórica que se coloca entre o nacional, o regional e o local (Knauss, 2015, p.11).

O jornal *A Tribuna*, de 17 de março de 2025, em reportagem cujo título é “Há cinquenta anos Niterói perdeu o título de capital do Estado”, destaca o impacto que a cidade de Niterói sofreu, com o fim do Estado da Guanabara. Como bem destaca a matéria abaixo, constitui-se, a partir da transferência dos órgãos de poder estadual para a cidade do Rio de Janeiro, o “Dia de Finados do RJ”.

No sábado, os fluminenses de nascença ou adoção, relembraão o “Dia de Finados do RJ” estabelecido quando os guanabarinós atravessaram a Baía de Guanabara para o sepultamento político-administrativo do Estado do Rio de Janeiro, com a transferência de todos os poderes estaduais para a Cidade-Estado (Rio de Janeiro), que havia perdido a condição de capital federal e Distrito Federal, com a inauguração de Brasília, em 1960. O “Decreto da Fusão” baixado pelo Presidente-General se revelou, no entanto, uma incorporação do amplo território fluminense (44 mil km²) pelos que passaram a governar a cidade de 1,1mil km², a partir do Palácio da Guanabara ou do Palácio da Cidade. O funcional Palácio do Ingá foi esvaziado. Para a população fluminense, os cariocas foram beneficiados pelo ato do regime militar, incorporando a “Velha Província Fluminense”, em 1975, à histórica cidade vizinha para engrandecê-la como sede de Governo de um grande território sob alegação de estar surgindo um novo e forte Estado, em substituição à extinta Guanabara. Efetivamente não houve uma fusão. O antigo território fluminense e todos os poderes de atuação estadual foram instalados do outro lado da Baía de Guanabara: o Palácio do governo com todas as Secretarias Estaduais, a Assembléia Legislativa e todo o poder Judiciário foram transferidos para a cidade do Rio de Janeiro. Os prefeitos dos 62 municípios não foram informados dos novos endereços estaduais. Foram abandonados o valioso conjunto de imóveis do Patrimônio do Estado do Rio, como os prédios da Assembléia Legislativa (hoje, Câmara Municipal de Niterói), os Tribunais de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, do TRE e do Palácio das Secretarias. O Palácio do Ingá foi declarado como Museu Histórico do Estado.²⁴

Com a transferência desses espaços de poder para a cidade do Rio de Janeiro, muitos prédios administrativos tiveram seu uso e apropriação redefinidos, como ainda veremos, ao longo deste capítulo.

Embora, hoje, as atividades predominantes na cidade sejam comércio e serviços, o bairro do Centro da cidade de Niterói desempenha relevante papel como sede do poder, tanto pela presença do Executivo municipal, do Legislativo, quanto do Fórum e da Igreja Matriz. Além disso, possui um expressivo número de edificações residenciais. Na década de 1970, houve migração de muitas lojas para outros bairros da cidade, porém, na década seguinte ocorreu a instalação de *shoppings centers* no município. Assinala-se também a proliferação

²⁴ Para maiores informações conferir <https://atribunarij.com.br/materia/h-50-anos-niteri-perdeu-o-titulo-de-capital-do-estado>

do comércio informal (ambulantes), consequência dos desafios estruturais da economia brasileira.

No período da pandemia, Niterói destacou-se por sua estrutura de políticas públicas reconhecidas até mesmo fora do país. Merece realce sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, por várias vias, como a ponte Rio-Niterói, a estação das Barcas e a rodovia BR-101. Hoje, o centro da cidade é objeto de estudo da Prefeitura Municipal, que está promovendo a sua revitalização e a restauração de vários patrimônios.

Niterói, no início dos anos 2000, inaugura o Caminho Niemeyer, que começa na ponta da Armação, passa por todo o bairro do Centro, e segue da zona Sul até o Museu de Arte Contemporânea (MAC), que fica na praia da Boa Viagem. Ocorre também neste momento a construção do terminal hidroviário, em Charitas, que passa a ligar à nova estação das barcas a Praça XV no Rio de Janeiro. O Caminho Niemeyer foi inserido no roteiro do Ministério do Turismo depois de negociações da Prefeitura de Niterói. Importante sublinhar que junto com as cidades de Brasília e Belo Horizonte, Niterói reúne o maior conjunto arquitetônico das obras do arquiteto Oscar Niemeyer²⁵. Destaca-se, abaixo, um mapa da cidade de Niterói para que se possa perceber melhor sua extensão e as diferentes vias de acesso ao município.

Imagem 2 – Mapa que evidencia a região onde encontra-se o primeiro prédio administrativo de Niterói



Disponível em http://www.pensario.uff.br/sites/pensario.uff.br/files/roteiro/MAPA_NITEROI_SITE.jpg?1343180893

²⁵ Trata-se de arquiteto brasileiro considerado uma das figuras-chave no desenvolvimento da arquitetura moderna. Niemeyer foi mais conhecido pelos projetos de edifícios cívicos para Brasília, uma cidade planejada, que se tornou a capital do Brasil em 1960, bem como por sua colaboração no grupo de arquitetos indicados pelos Estados-membros da ONU que projetaram a sede das Nações Unidas em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Sua exploração das possibilidades construtivas do concreto armado foi altamente influente na época, tal como na arquitetura do final do século XX e início do século XXI.

A circunscrição do objeto de estudo deste trabalho é, portanto, a cidade de Niterói e nesta identificam-se vários bens culturais que remontam a diferentes períodos de importância política da cidade e dentre eles está, como já se destacou, o primeiro prédio administrativo da cidade que segue abaixo sinalizado.

Na frente da edificação está a praça Renascença que foi descaracterizada, e, hoje em dia, temos o mergulhão, um grande viaduto, ligando o Centro da cidade e outros bairros. É possível identificar, ainda, na frente do primeiro edifício administrativo de Niterói, o porto e a primeira estação ferroviária preservada apenas na faixada. Nesse mesmo lugar, em 17 de dezembro de 1961, foi inaugurado o Gran Circus Norte-Americano²⁶. Próximo ao primeiro edifício administrativo de Niterói, em um terreno da avenida Feliciano Sodré, instalou-se o circo. Circo famoso que se destacava por sua modernidade e sobre o qual recaiu uma grande tragédia. Knauss, no seu artigo *A cidade como sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea - o incêndio do Gran Circo Norte-Americano em Niterói, 1961*”, pontua o alcance do incêndio, que assolou o circo e mobilizou e comoveu muitos moradores da cidade de Niterói. É, assim, que o historiador narra a imagem da tragédia.

Em 17 de dezembro de 1961 ocorreu um acontecimento inusitado na cidade de Niterói: o maior incêndio de circo de todos os tempos. Imediatamente, a imprensa diária anunciava o número oficial de 238 mortos, mas já indicava um total de 260 vítimas fatais. Dois dias depois, anunciavam-se mais de 300 mortos, e, semanas depois, o número chegava a 400. Certo é que, entre a maioria das vítimas, famílias e, principalmente, crianças chamavam atenção. Incluem-se, ainda, muitos adultos entre as vítimas, pois, dada a falta de opções de entretenimento na cidade, muitos foram assistir à atração social do momento na cidade. Mas, além disso, é preciso contabilizar inúmeros sobreviventes marcados pela perda de familiares próximos, e sua luta para sobreviver e enfrentar as seqüelas físicas e psíquicas da experiência direta com o fogo (KNAUSS, 2007, p.26).

Trata-se de tragédia que gerou um trauma social na cidade. Knauss, percorrendo as notícias da época, coloca em evidência aspectos da lembrança do incêndio do circo.

Ao acompanhar as páginas da imprensa, verifica-se uma representação do acontecimento em que o programa de domingo familiar de lazer, que deveria ser marcado pelo encontro de gerações em torno da festa, terminou por inscrever a dor na cidade, associando o acontecimento à tragédia. A representação está assim baseada na exploração de dicotomias entre alegria e tristeza, crianças e adultos, vida e morte - e o fogo aparece como fato e símbolo do acontecimento. Essa representação mobiliza, ainda hoje, imagens

²⁶ Para maiores informações conferir o artigo, da Revista Brasileira de História, do historiador Paulo Knauss, cujo título é “A cidade como sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea - o incêndio do Gran Circo Norte-Americano em Niterói, 1961”. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000100003>.

que provocam sentimentos. Isso se sustenta num forte tom de crônica que caracteriza o tratamento da imprensa à descrição dos fatos. Dado o imprevisto e a instantaneidade do acidente, dificilmente os repórteres teriam tido chance de participar das cenas ocorridas com tanta proximidade. As fotos da imprensa ilustrada deixam isso claro, pois só há fotos dos escombros vazios ou de cenas dos desdobramentos (KNAUSS, 2007, p.29)

Alguns anos após a tragédia, foi construída a Policlínica do Exército e o prédio da polícia civil que se encontram, do lado direito do primeiro arranha-céu da cidade de Niterói. Há, ainda, deste lado o Mercado Municipal, que ficou por quarenta anos fechado, e, agora, foi reinaugurado como um pólo gastronômico. Convém ressaltar que a sua esquerda, temos a garagem de ônibus da antiga viação CTC que pertencia ao estado e, hoje em dia, é o hipermercado Dom Atacadão. Logo a frente do prédio está o 12º Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro e um braço da ponte Costa e Silva (Rio /Niterói), construída em 1974, e que completa 51 anos, agora, no ano de 2025. Em relação aos outros prédios da década de 1920, sua estrutura foi considerada muito avançada, por possibilitar a instalação de um elevador, equipamento inédito na cidade.

Imagem 3 – Foto com destaque do primeiro prédio administrativo de Niterói



Disponível em: https://cidadedeniteroi.com/wp-content/uploads/2017/08/IMG_4324768x5

A edificação destacada foi construída na década de 1920, inicialmente, para abrigar o Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (IFEARJ). Convém destacar que a principal atribuição desta instituição era o fomento à exportação de café, açúcar e sal da produção fluminense e esta instituição estava ligada à Secretaria de Finanças que, na época, custeou a obra do prédio que viria a ser considerado, posteriormente, o primeiro arranha-céu da cidade de Niterói.

O Instituto de Fomento Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (IFEARJ) foi fundado em agosto de 1926, pelo chefe do executivo local Feliciano Pires de Abreu Sodré para a política da defesa cafeicultura, porém mais tarde foram incluídos outros produtos como o sal e o açúcar.

Trata-se de uma edificação que se associa a um polo urbano dinâmico, voltado para o desenvolvimento das forças econômicas do estado, que garantia, por exemplo, a estocagem dos produtos, como o café que passava por uma grande crise econômica mundial, via aluguel ou construção de armazéns. O aluguel ou a construção de armazéns era usado para guardar o café que o governo comprou dos agricultores, tentando segurar a crise econômica, que recaía sobre essa produção econômica. Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro atuava via participação acionária em companhias como a salícola fluminense, e ainda, atuava no financiando para a melhoria da safra de cana-de-açúcar, criando também o seguro à produção.²⁷

O Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado Rio de Janeiro desenvolveu, a partir de suas ações, a locação de mão-de-obra nacional e estrangeira, cuidou das despesas de alojamento e subsistência e, ainda, tratou do auxílio jurídico para questões trabalhistas. Como mostra o processo de tombamento havia também uma Caixa Beneficente para os funcionários.²⁸

O Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro sofreu modificações administrativas, no contexto da Revolução de 1930, que culminaram na sua extinção, pelo Decreto nº 2.631, de 12 de agosto de 1931. Trata-se de decreto que cria a Secretaria de Agricultura e Trabalho e que ali funcionou junto com outras secretarias do estado.

²⁷ Essas informações foram extraídas do processo de tombamento nº 110/0042/91, do prédio da Jansen de Mello, que foi a sede do Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro. O processo de tombamento encontra-se aos cuidados do DePac.

²⁸ Convém destacar que no processo de tombamento do prédio da Jansen de Mello nº3, há várias atas de reuniões da Caixa Beneficente.

É interessante sublinhar que, ao longo dos anos o prédio acabou abrigando diferentes instituições e secretarias, e, por isso, este passou por muitos usos e apropriações. Enumeram-se, a seguir, seus diferentes usos e apropriações: i) Instituto de Fomento Agrícola do Estado do Rio de Janeiro; ii) a Secretaria de Agricultura e Trabalho; iii) o Conselho de Contas do Estado; iv) o Arquivo Público Estadual; v) Primeira Inspetoria Regional do TCE-RJ e, por fim, vi) Centro Cultural Paschoal Cittadino. Durante as décadas seguintes, outros órgãos ainda não arrolados no processo ocuparam o prédio, o que evidencia novos usos e apropriações.

Destaca-se, abaixo, imagem que deixa em evidência um grupo importante de personalidades políticas da época, o que de certa forma realça também a relevância política da cidade de Niterói e sua relação com o campo político do Estado do Rio de Janeiro.

Imagem 4 – Foto da cerimônia de inauguração do novo prédio do Instituto de Fomento Agrícola do Estado do Rio de Janeiro



Foto do dia da inauguração do prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo em Niterói. Foto de 02 de outubro de 1929. Disponível no acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_1929/fonfon_1929_041.pd publicado em 25/06/2021. Acesso 15 de dezembro de 2021 as 22:00

A foto acima, retirada em 02 de outubro de 1929, mostra o dia da inauguração do Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro. Na foto, encontra-se o Presidente do Estado do Rio de Janeiro Manoel Duarte, o Dr. Joaquim de Mello – Presidente do Instituto e Secretario de Finanças do governo fluminense –, o Senador Feliciano Sodré, o Ministro da Fazenda Oliveira Botelho, os Deputados Mauricio de Medeiros, Bocayuva Cunha, Arnaldo Tavares e Jayme Barros bem como outras autoridades.

Como evidencia a legenda da fotografia, o primeiro arranha-céu de Niterói foi construído para dar suporte administrativo ao porto e abrigar o Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro. Cabe sublinhar que o evento foi noticiado pelos jornais e revistas da época de grande circulação, como a *Revista Aduaneira* e *Revista Fon-Fon*, já que a cidade era a capital e passava, então, por momentos expressivos de mudanças na administração pública. É relevante destacar que, na mesma década de 1920, a cidade de Niterói, passa pelo desmonte do morro para o aterramento de uma área de 357.000m², em São Lourenço.

De acordo com a perspectiva da História Oficial de Niterói, o presidente do Estado do Rio de Janeiro, Feliciano Sodré²⁹, que fora prefeito de Niterói entre 1910 e 1914, viabilizou importantes transformações urbanas na cidade.

(...) expede a autorização para a construção do porto e o saneamento completo da enseada, retirando o lodo existente, aterrando a área compreendida entre o cais e a antiga linha do litoral, construindo armazéns para serviços portuários e conseqüente abertura a navegação de cabotagem. O projeto de urbanização proposto pela Comissão Construtora do Porto de Nictheroy e Saneamento da Enseada de São Lourenço, aterrou uma área de 357.000m². O traço urbano do aterrado, radial-concêntrico (formando um leque, semicírculo) possuía ruas que convergiam para a praça central – Renascença, (onde existe a estação da "Leopoldina Railway", hoje Companhia Docas do Rio de Janeiro, inaugurada em 1930). O primeiro trecho do porto foi inaugurado em 1927, e o segundo em 1930. Nas áreas adquiridas, a ocupação estava destinada à indústrias e edificações públicas (prédios da administração estadual, prédios militares, mercado municipal), e se deu de forma incompleta e dispersa.³⁰

É no bojo desse movimento de transformações e de reurbanização que surge o primeiro arranha-céu da cidade de Niterói. Segue, abaixo, outra imagem do dia da inauguração desse importante prédio cuja História se mistura à História política de Niterói. A foto a seguir também do dia da inauguração do prédio, 2 de outubro de 1929, está com as maiores autoridades do governo devido à importância política e arquitetônica da edificação. Esta foi publicada por toda imprensa da época, por exemplo, a *Revista Fon-Fon*, considerada uma das principais revistas da época. Esta mostra o presidente Dr. Manoel Duarte e a primeira-dama, a única mulher na foto, o senador Feliciano Sodré, ministro Oliveira Botelho

²⁹ Feliciano Sodré foi prefeito da cidade de Niterói de 31 de dezembro de 1910 a 21 de março de 1914. Depois, de 23 de dezembro de 1923 a 22 de dezembro de 1927 foi Presidente do Rio de Janeiro. Como presidente do Estado do Rio de Janeiro idealizou o que se conhece como Renascença Fluminense. Trata-se de um projeto de revitalização urbana e modernização inspirado no movimento de reforma de Pereira Passos. Jardins, placas comemorativas, Monumentos e Praças à República dentre outros são alguns exemplos desse processo.

³⁰ Conferir http://niteroitv.com.br/guia/niteroi_historia.asp.

e do primeiro presidente do Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (IFEAJERJ).

Imagem 5 – Foto das autoridades que compareceram a inauguração do novo prédio do Instituto de Fomento Agrícola do Estado do Rio de Janeiro



Foto do dia da inauguração do prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo em Niterói. Foto de 02 de outubro de 1929. Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_19299_041.pd publicado 25/06/2021 Acesso 15 de dezembro de 2021 às 22:00

Foi o Ofício nº 247/90, de 14 de novembro de 1990, feito pelo vereador Adyr Motta Filho, que propôs a solicitação de tombamento do prédio da avenida Jansen de Mello nº3, descrevendo minuciosamente o bem a ser tombado, e, ainda, contendo um anexo amplo de fotografias e documentos de propriedade do imóvel. Mas, antes de seu processo de tombamento, o prédio teve muitos outros usos e apropriações.

Em 1927, quando começou a construção do prédio na época, não existia nenhuma lei ou decreto que exigisse escada de emergência ainda, até porque este era o primeiro arranha-céu da cidade de Niterói. Tratava-se de uma construção de concreto armado com seis pavimentos e, no período, o gabarito dos prédios não passava de dois andares. Com o passar dos anos aí, sim, os prédios foram ficando cada vez mais altos, então, começa a ter a exigência da necessidade de elevadores e de escada de emergência.

Como exigência de segurança, o Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) estabelece requisitos para elaboração e análise dos projetos de segurança contra incêndio e pânico peculiares às edificações tombadas pelo patrimônio histórico-cultural federal, estadual ou municipal, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Essas

exigências são regulamentadas, hoje, pelo Decreto Estadual nº 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP)³¹.

Em 28 de junho de 2002, é enviado um ofício nº 019/2002, do presidente da Assessoria de Projetos de Obras e Instalações (APOI), Sr. Márcio Guedes, à presidente do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, Professora Maria Felisberta Trindade, que encaminha estudo para instalação de uma escada de incêndio, no prédio que agora era de propriedade do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, tombado pela Prefeitura Municipal de Niterói, através da Lei nº 1.289 de 25/05/1994. Dessa forma, pode-se dar continuidade ao projeto e, posterior, construção da escada de incêndio. A imagem abaixo, que integra o processo de tombamento, mostra duas fotos do prédio na ocasião em que este não tinha ainda a escada de emergência.

Imagem 6 – Foto de página do processo de tombamento que mostra a edificação sem a escada de incêndio

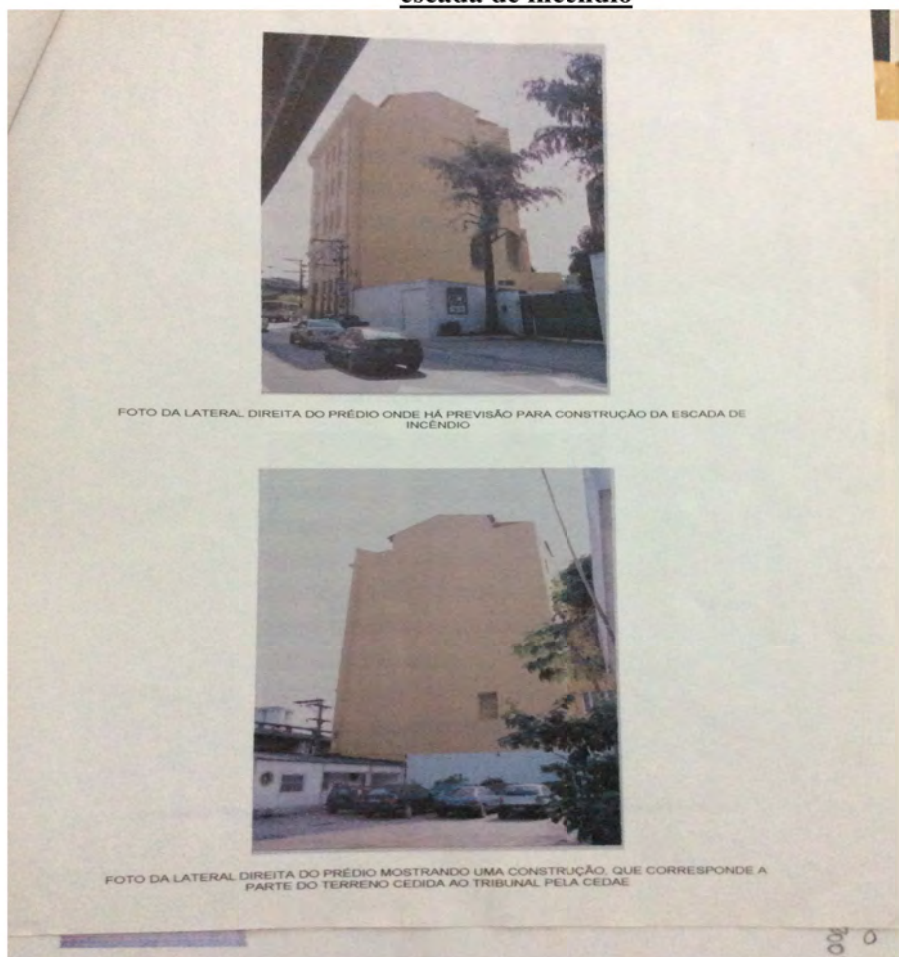


Foto de página do processo de tombamento do prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo em Niterói.

Acervo do DePac da Prefeitura de Niterói.

Foto feita pela autora em consulta ao acervo do DePac.

³¹ Conferir https://www.cbmerj.rj.gov.br/notas_tecnicas/do_notas_tecnicas.

A imagem acima, preservada na documentação do tombamento, mostra, portanto, o prédio sem a escada de incêndio e, ainda, exhibe a outra parte do terreno, cedida pela CEDAE com outra construção que não pertence ao prédio. A imagem abaixo, por sua vez, é da planta da escada de incêndio externa projetada pela assessoria de projetos de obras e instalações (APO), e consta no material documental arrolado no processo de tombamento realizado pela Prefeitura de Niterói.

Imagem 7 – Foto de planta anexada ao processo de tombamento

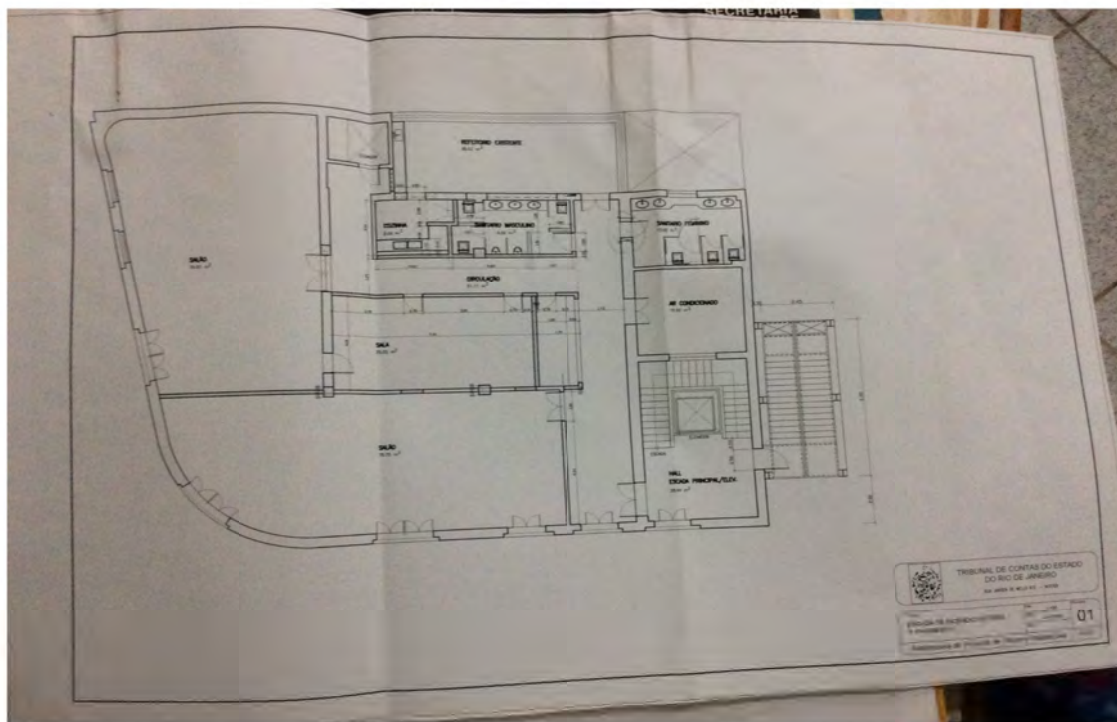


Foto de planta que foi anexada ao processo de tombamento do prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo em Niterói. Acervo do DePac da Prefeitura de Niterói.
Foto feita pela autora em consulta ao acervo do DePac.

Na sequência, é interessante observarmos a imagem feita recentemente, no ano de 2011, pela pesquisadora, que mostra o prédio já com a escada de incêndio externa construída e o braço da Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói), que foi construída pela esfera superior Federal, alterando a fachada do prédio da Avenida Jansen de Mello, nº 3, que, na ocasião, ainda não era tombado.

Imagem 8 – Foto do primeiro prédio administrativo de Niterói de 2021 com destaque para a escada de incêndio



Acervo próprio. Foto feita pela pesquisadora em 04/11/2021

A foto abaixo mostra, por sua vez, como foi construído um braço da ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói), pela Avenida Jansen de Melo. No ofício nº42/91, do Departamento de Documentação e Defesa dos Bens Culturais (DDDBC), o Secretário Municipal de Cultura, o Sr. Ítalo Campofiorito menciona o incômodo que os viadutos de acesso à ponte presidente Costa e Silva (ponte Rio-Niterói) causam e, ainda, recorda os ideais desenvolvimentistas do início do século XX.³²

A Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, através do arquiteto responsável Ferdinando de Moura Rodrigues, sugere que o entorno de proteção fique restrito apenas ao próprio edifício e ao passeio que ainda resta, ao longo das fachadas do prédio.³³ Apesar da nova perspectiva urbanística, vinculado ao progresso que a ponte Presidente Costa e Silva representa, o primeiro prédio administrativo da cidade, ainda, deixa em evidência marcos de ocupação do primeiro setor semicircular do entorno da Praça do Expedicionário. Trata-se de um conjunto de várias outras edificações que são resultantes do projeto de urbanização anterior a esse ligado à área do aterro de São Lourenço e que viabilizou a implantação do Porto de Niterói.

A imagem abaixo, que integra a documentação do processo de tombamento, mostra o quanto ficou prejudicada a área do entorno da edificação, pois o braço para acesso à ponte acabou causando uma intervenção na fachada do prédio.

³² Essas informações foram retiradas do processo de tombamento do primeiro prédio administrativo do porto da cidade de Niterói.

³³ Essas informações foram retiradas do processo de tombamento do primeiro arranha-céu da cidade de Niterói.

Essa foto mostra como foi construído um braço da Ponte Rio-Niterói, através da Avenida Jansen de Melo, desrespeitando o artigo 216, que consta no processo de tombamento e que menciona que “fica definida como área de entorno para proteção da ambiência do bem tombado o passeio ao longo de suas fachadas”³⁴.

Imagem 9 – Foto que consta no processo de tombamento com destaque para o braço da ponte em frente ao primeiro edifício administrativo de Niterói



Foto de página do processo de tombamento do prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo em Niterói. Acervo do DePac da Prefeitura de Niterói.
Foto feita pela autora em consulta ao acervo do DePac.

Como já destacado, antes deste breve panorama da história desta edificação e seu diálogo com o processo de urbanização, o prédio teve usos e apropriações distintos. Dentre estes usos e apropriações é interessante mencionar o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro também passou por este espaço público.

Em 25 de agosto de 1931, por meio do Decreto nº 2.638, foi criado o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, como o nome Arquivo Geral do Estado, subordinado à Diretoria do Interior e Justiça do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com sede em Niterói. Sua sede era no mesmo prédio da Biblioteca Pública do Estado e suas principais atribuições eram receber, classificar, guardar e conservar os papéis e livros que pertenceram às Secretarias do Estado. Dessa forma, foram organizadas, por ano, coleções de leis, decretos e deliberações para serem publicadas em volumes. Era atribuição do Arquivo Geral do Estado receber e recolher todos os livros de várias repartições do Estado.

Após dois anos de funcionamento, seu nome sofre nova alteração e este passa a ser chamado de Arquivo Público e Bibliotecas Universitárias. Em 1938, outra mudança ocorre. O Arquivo sai do espaço da biblioteca e passa, até 1958, a Secretaria de Justiça. Depois de 1958, o Arquivo Público é transferido para a Secretaria de Administração Geral³⁵. Com a fusão dos

³⁴ Essa informação foi retirada do Ofício nº 019/2002 que consta no processo de patrimônio do prédio e se contra na foto 1585 JPG.

³⁵ Conferir <https://www.aperj.rj.gov.br/historico.php>.

Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, o Arquivo Público retornou para a Secretaria de Justiça.

Dez anos depois, foram incorporadas ao Arquivo, as funções e patrimônios do Departamento Geral de Documentação, subordinados à Secretaria de Justiça, junto com as bibliotecas especializadas em Direito. Sua direção e setores de pesquisa e acesso à legislação foram transferidos para o Rio de Janeiro, mas o processamento técnico e o acervo foram mantidos em Niterói. O Arquivo Público, assim, ficou, por seis anos, instalado no prédio do Tribunal de Contas em Niterói que também funcionou no espaço do primeiro prédio administrativo da cidade de Niterói. Depois foi transferido para o edifício de Propriedade Companhia Estadual de Águas e Esgoto (CEDAE) e lá permaneceu por pouco tempo, pois o local não era apropriado para a instalação de um arquivo.

Uma nova mudança aconteceu, então, em 1998, quando ele foi transferido para a Praia de Botafogo, no prédio da antiga garagem dos bondes onde permanece até os dias atuais. Desde 2019, o Arquivo Público é subordinado à Secretaria da Casa Civil. O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) passa por várias mudanças de nome e de localidades essas informações foram retiradas do site do Arquivo Público do Estado no link que conta sua história de fundação e o caminho percorrido até os dias atuais.

O edifício também foi sede do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, na cidade de Niterói. Este recebeu, então, na ocasião, o nome de Palácio Reynaldo Sant'Anna, em reconhecimento ao conselheiro, falecido em 1999, que se dedicou a ali instalar um Núcleo de Estudo, Pesquisa e Aperfeiçoamento em Auditoria Fiscal. E, assim, o espaço tornou-se núcleo de formação de referência do Estado do Rio de Janeiro. Em 1992, foram realizadas atividades educacionais do Instituto Serzedello Corrêa (ISE) que ocupava o espaço com seis salas de aula e uma biblioteca para atendimento à Prefeitura, à Câmara dos Vereadores e a outras entidades jurisdicionadas ao Tribunal. Além disso, a Lei nº 4.577, 12 de julho de 2005, o transformou em Escola de Contas e Gestão do Estado do Rio de Janeiro (ECG), pelo nº231, que é regulamentada, a partir de 30 de agosto de 2005, pelo TCE³⁶.

É importante destacar que o Decreto nº 40.367, de 27 de novembro de 2006, reconheceu a ECG como integrante do Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro. Em 2009, a Escola foi credenciada e passou a oferecer cursos de Pós-graduação *Lato Sensu e Stricto Sensu*, com a homologação do Parecer nº 057, de 26.05.09, do Conselho Estadual de Educação. O credenciamento segue os termos da Resolução nº 01/2007 do Conselho Nacional

³⁶ Conferir <https://tce-rj.jusbrasil.com.br/noticias/978224/tce-rj-inaugura-sede-propria-da-ecg-em-niteroi>.

de Educação. A ECG integra a Rede Nacional de Escolas de Governo e a Rede de Escolas e Institutos Governamentais em Assuntos Públicos (REIGAP), vinculada ao *Centro Latino-americano de la Administración para el Desarrollo* (CLAD)³⁷.

A diretoria do Tribunal de Contas é formada pela direção e quatro coordenadorias que estão subordinadas ao Conselho Superior da Escola, a assessoria pedagógica, dando apoio à implementação do Plano Anual de Formação e Capacitação (PAFC). Trata-se de secretaria responsável para os suportes administrativos e logísticos, presidido pelo presidente do Tribunal do TCE, que é um órgão deliberativo superior da instituição.

Entre 2007 e 2008, o imóvel foi restaurado pelo TCE-RJ, e passou a oferecer seis salas de aula e uma biblioteca, para atendimento aos técnicos e aos jurisdicionados do Tribunal. Houve processo de aperfeiçoamento, oferecendo cursos regulares para seus servidores e outros jurisdicionados, que anteriormente só podiam ser realizados na sede onde os funcionários serviam.

Essa mudança passou a beneficiar os 91 municípios do Estado do Rio de Janeiro e, ainda, permitiu a promoção de uma produção cultural interna e externa. Com isso várias parcerias foram realizadas para melhor capacitação dos servidores do Tribunal, inclusive, com instituições de ensino superior e outros órgãos como o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região, a Escola do Legislativo Fluminense, a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, o Ministério Público Estadual, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), a Fundação para Infância e Adolescência (FIA) e, ainda, o Instituto Rui Barbosa (IRB)³⁸.

A data de 30 de janeiro de 2009 é um marco na história da Escola de Contas e Gestão, pois neste dia ocorreu a inauguração de sua sede própria em Niterói. A conquista representou não só maior autonomia da ECG, mas também economia aos cofres públicos, uma vez que o TCE-RJ pagava aluguel em um prédio no Centro do Rio. Destaca-se, abaixo, uma foto do prédio, na época em que ali funcionou o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

³⁷ Conferir <https://tce-rj.jusbrasil.com.br/noticias/978224/tce-rj-inaugura-sede-propria-da-ecg-em-niteroi>

³⁸ Conferir <https://portal-br.tcerj.tc.br/web/ecg/> file:///C:/Users/jsilv/OneDrive/mestrado/tcerj-66%20 TCE.pdf

Imagem 10 – Foto do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro que funcionou na Avenida Jansen de Melo nº3



Fotos de Leo Zullu

Publicado em 15/03/2013

Disponível em: <https://culturaniteroi.com.br/blog/depac/469>

Durante cinco anos, a Escola de Contas do Estado do Rio de Janeiro (ECG) investiu no aprimoramento da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, a partir de sua sede, em Niterói. A sua principal meta era a promoção de ensino e pesquisa na área de gestão pública, voltada a difundir o conhecimento, metodologias, responsabilidade e transparência para melhorar o desempenho e o atendimento às necessidades da sociedade.

Foram promovidos eventos bem sucedidos com participação de servidores e acadêmicos. Dentre esses eventos estão seminários, simpósios, debates, palestras, oficinas e, até mesmo, premiações como o Prêmio Ministro Gama Filho, que tinha como público-alvo, servidores diretos e indiretos, que atuavam no âmbito da administração municipal e estadual.³⁹ No período de maio de 2007 a setembro de 2010 mais de três mil gestores e servidores públicos do interior fluminense foram beneficiados com o projeto de Capacitação Regional da ECG/ TCE-RJ.

É interessante destacar, em relação ao primeiro prédio administrativo da cidade de Niterói, que durante décadas, desde 1920 a 2015, outros órgãos que não foram mencionados funcionaram no prédio como consta no processo sem serem registrados. Muitos foram os usos e apropriações do espaço do prédio que abrigou muitas instituições e repartições públicas

³⁹Essa notícia foi retirada da Revista do TCE Edição comemorativa ISSN 1806-4078, Julho a Setembro/2010.

políticas importantes que deixam em evidência a história política da cidade de Niterói. Os órgãos públicos que mais se destacaram foram esses três: Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Capítulo 2 – História de um tombamento

2.1.O tombamento do primeiro prédio administrativo Jansen de Melo nº3, de Niterói: aspectos de sua patrimonialização

O tombamento é uma das formas de exteriorização de proteção, vinculada à normas federais e o que rege a matéria em questão é o Decreto- Lei 25, de 30.11.1937. Como aponta a Carta Patrimonial de Cracóvia, de 2000, o patrimônio é um conjunto de obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como patrimônio é, assim, um processo que implica a seleção de valores. A carta, ainda, enuncia que a manutenção e a reparação constituem uma parte fundamental do processo de conservação do patrimônio. Estas ações exigem diversos procedimentos, nomeadamente investigações prévias, testes, inspeções, controles, acompanhamento dos trabalhos e do seu comportamento pós-realização. Os riscos de degradação do patrimônio devem, inclusive, segundo a carta, ser previstos em relatórios apropriados para permitir a adoção de medidas preventivas.

A preservação do patrimônio cultural de Niterói se iniciou com a promulgação da Lei nº 827, de 1990, que instituiu o instrumento do tombamento municipal e criou órgãos de proteção ao patrimônio cultural como o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, vinculado ao DePac. Mais adiante, com base no entendimento de que a preservação deve ser considerada num contexto mais amplo de planejamento urbano, a administração municipal abordou a questão do patrimônio cultural no Plano Diretor de Niterói (Lei nº1157/92), apontando diretrizes para as áreas de Preservação do Ambiente Urbano (APAUS) e para os bens tombados.

Em novembro de 1990, quando começa a análise do processo do tombamento do primeiro prédio administrativo da cidade de Niterói, solicitado pelo vereador Adyr Motta Filho, este não é, na ocasião, bem recebido pelos seus companheiros parlamentares. Muitos foram contra o tombamento, principalmente os que tomavam como base a lei orgânica do Município de Niterói, item II, do art,7º, nº 827/90 e o artigo 248, que versava sobre a incompatibilidade do tombamento, por conta do prédio pertencer ao Estado que era uma instância superior⁴⁰.

Como consta no projeto de tombamento, que foi encaminhado para o Exmº. Sr. prefeito Jorge Roberto da Silveira, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), o secretário Sr. Michel Saad acionou a Secretaria Municipal de Cultura, através de seu Departamento de

⁴⁰ Projeto de tombamento do prédio Jansen de Mello 3, p.21, despacho do secretário Michel Saad.

Documentação e Defesa de Bens Culturais, que, depois, notificou o proprietário titular do domínio útil do bem e ouviu os outros interessados. Assim, o projeto foi devolvido à Câmara, para que esta avaliasse sua viabilidade e o transformasse em lei.

Aprovado o Ofício nº42/91, o Senhor Diretor da Secretaria Municipal de Cultura expõe de forma sucinta e convincente, suas razões para o reconhecimento do valor histórico do imóvel em discussão, e, ainda cita o antigo prédio do Cassino Icaraí, por terem semelhanças e por pertencerem a outra esfera pública superior que no caso é o Estado do Rio de Janeiro. No próprio processo de tombamento do primeiro prédio administrativo da cidade de Niterói, existe uma explícita referência à noção de tombamento que segue, na íntegra, abaixo.

Tombamento é a declaração pelo poder público do valor histórico, artístico, paisagístico, turístico, cultural ou científico de coisas ou locais que, por essa razão, devam ser preservados, de acordo com a inscrição em livro próprio. Atualmente, a sua efetivação, como forma de proteção ao patrimônio público, está expressamente prevista na Constituição, em seu artigo 216, §1º dispõe “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilâncias, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento de preservação.” Com a Constituição da República fala em “poder Público” qualquer das entidades estatais pode dispor sobre o tombamento de bens em seu território. A norma sobre tombamento é o Decreto-Lei 25 de 30/11/37, complementado por disposições de outros diplomas legais, mas o tombamento em si é um ato administrativo de autoridade competente e não função abstrata da lei, que estabelece apenas as regras para sua efetivação.⁴¹

O Ofício nº 42/91 sobre o processo de tombamento vem, inclusive, reafirmar a importância arquitetônica como política do prédio como forma de proteção, inscrito no livro do tombamento de bens. O prédio da Avenida Jansen de Melo nº 3, de Niterói, foi tombado pela Prefeitura de Niterói, através da Lei nº 1.289, em 25 de maio de 1994, apenas sete décadas após sua construção, como consta no processo, de acordo como o Departamento de Preservação do Patrimônio Cultural (DePac) do município de Niterói. Cabe ressaltar que os bens culturais da cidade são regidos pela Lei nº 827 de 1990.

A preservação do patrimônio cultural de Niterói iniciou com a promulgação da Lei nº 827, de 1990, que instituiu o instrumento do tombamento municipal e criou órgãos de proteção ao patrimônio cultural – o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (DePac). Mais adiante, com base no entendimento de que a preservação deve ser considerada num contexto mais amplo de planejamento urbano, a administração municipal abordou a questão do patrimônio cultural no Plano Diretor de Niterói (Lei 1157/92), apontando diretrizes para as

⁴¹ Conferir Processo de tombamento nº10/2093/90, de 14/11/90, folha 07.

áreas de Preservação do Ambiente Urbano (APAUS) e para os bens tombados.⁴²

O processo de tombamento desse bem cultural de Niterói (RJ), número 110/0042/91, de 20 de setembro de 1991, do Departamento de Documentação e Defesa dos Bens Culturais da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Niterói, encontra-se, hoje, no Departamento de Preservação do Patrimônio Cultural (DePac), vinculado à Secretaria Municipal das Culturas do município.

O processo informa que além de ser o primeiro prédio administrativo de Niterói, o edifício foi projetado pelo arquiteto Pietro Campofiorito, que foi pintor, arquiteto, decorador, cenógrafo e professor ítalo-brasileiro. Ele também foi responsável pela criação do conjunto arquitetônico monumental da Praça da República (Niterói), do Palácio da Justiça, da Biblioteca Estadual, da Câmara Municipal e do Liceu Nilo Peçanha.

A obra do prédio da Avenida Jansen de Melo nº 3, foi executada pelos engenheiros Pedro Monteiro de Barros Latif e César Augusto de Mello e Cunha, sob a fiscalização do Dr. Júlio César Noronha, e teve um orçamento de 869000\$000, retirados da própria receita do Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro, que contava com a participação da classe trabalhadora.⁴³

Em destaque, abaixo, se encontra a capa do processo de tombamento municipal que está disponível para consulta no Departamento de Documentação e Defesa dos Bens Culturais, da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Niterói. O departamento em questão funciona atualmente no prédio anexo ao Solar do Jambeiro, que fica no bairro do Ingá. O despacho que sanciona a deliberação do tombamento, ocorre em 18 de maio de 1994, na sala de reunião da comissão executiva. Na ocasião o Presidente da Câmara Municipal de Niterói era o vereador Fernando Nery de Sá, seu 1º vice-presidente era o vereador Francisco José da Silva, o 2º vice-presidente era o vereador Carlos Alberto Macedo, o 1º secretário era José Vicente Filho e a 2ª secretária era Maria Yvone V. S. do Amaral.

⁴² Conferir Departamento de Preservação do Patrimônio Cultural. A Preservação do Patrimônio Cultural em Niterói. Cultura Niterói. 1 de maio de 2013. Disponível em. <http://culturanniteroi.com.br/blog/depac/550>

⁴³ Conferir <http://culturanniteroi.com.br/blog/depac/550>.

**Imagem 11 – Foto da capa do processo de tombamento do
prédio da Avenida Jansen de Melo nº 3**

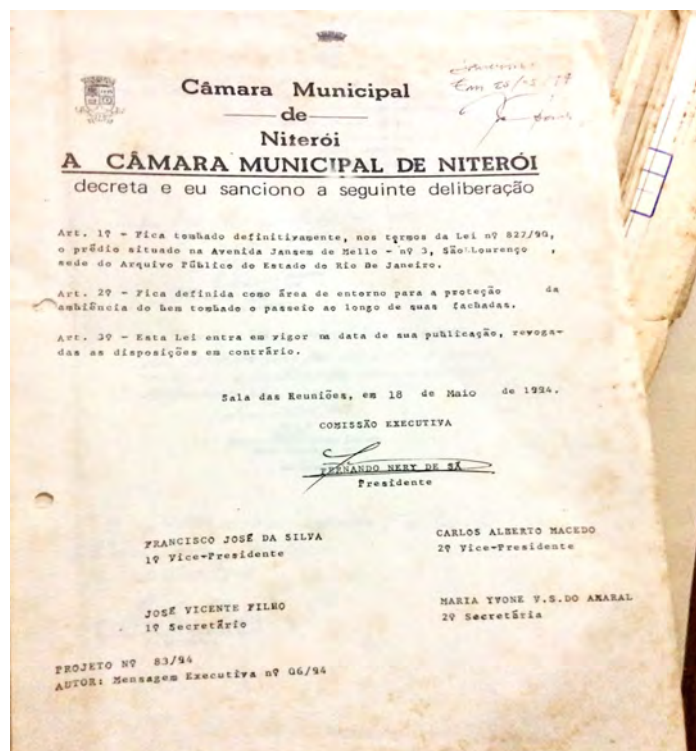


Foto da capa do processo de tombamento do prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo em Niterói.
Acervo do DePac da Prefeitura de Niterói.

Foto feita pela autora em consulta ao acervo do DePac.

De acordo com o processo de tombamento trata-se do primeiro edifício de grande porte da cidade, construído em concreto armado com cinco pavimentos, que se caracteriza por apresentar uma composição de linhas pré-modernistas, originalmente revestidas por pó de pedra, com ornato de tardia feição eclética⁴⁴. Seu porte era uma grande novidade para época, bem como a instalação de um elevador, já que o prédio foi o primeiro a dispor deste tipo de equipamento na cidade. Nos anos 1920, as edificações tanto de moradia, quanto comerciais ou de órgãos públicos eram de no máximo dois pavimentos. É, por isso, que quando é construído o prédio da Avenida Jansen de Mello, nº 3, com cinco pavimentos, um terraço e, ainda, com elevador, nasce o primeiro arranha-céu da cidade de Niterói, como posteriormente ficou conhecido o edifício.

Na descrição da edificação que consta no processo há menção ao fato de que a parte da fachada, virada para a Praça do Expedicionário, tem duas esquadrias modificadas. Trata-

⁴⁴ Feição eclética, quer dizer mistura de vários elementos de diversos períodos e estilos artísticos em uma única. Trata-se, muitas vezes, de obra muito criticada pela falta de originalidade. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/1001254/o-que-e-arquitetura-ecletica>.

se, de acordo com a descrição que consta no documento, de prédio construído no alinhamento em lote de esquina, situado na Praça Renascença com a Avenida Jansen de Melo.

A edificação eclética de cinco pavimentos e composição quase simétrica de fachada, tem a singularidade de ter eixo disposto no ângulo do terreno junto à esquina. O embasamento de pé direito duplo onde encontram-se os acessos (portas e gradis trabalhados), óculos e janelas em meio-arco em ambas as fachadas. Na face para a praça abrem-se quinze vãos de diferentes formatos – óculos, janelas, meio-arcos...⁴⁵

Na descrição acima, ainda, da chamada ficha sumária, cuja função é caracterizar o bem, menciona-se que “acima do embasamento e separado dele por entablamento há três pavimentos com pilares engastados sem ordem definida que se prolongam até 5^o”⁴⁶. Essa descrição técnica deixa em evidência aspectos importantes da monumentalidade do prédio para o próprio período de sua construção e, ainda, o incluem no rol das edificações de estilo eclético. Tal ficha integra o inventário de bens imóveis e esta ainda mostra a localização e a ambiência do prédio destacando sua composição, como podemos ver na íntegra, na imagem que segue abaixo.⁴⁷

Imagem 12 – Folha do processo de tombamento que descreve aspectos da construção do edifício da Avenida Jansen de Melo nº3

PREFEITURA DE NITERÓI - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Departamento de Documentação e Defesa dos Bens - FICHA SUMÁRIA

denominação e localização: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, na av. Jansen de Melo nº3, São Lourenço.

período: 02.10.1929 (inauguração)

estado de conservação: regular

grau de caracterização: preservado

(*) a fachada para a praça do Expedicionário tem duas esquadrias modificadas. O entablamento está deteriorado em vários pontos. pintura degradada.

situação e ambiência: Construção implantada no alinhamento em lote de esquina, situado na av. Jansen de Melo, com a praça do Expedicionário. O prédio ocupa prelacamente todo o lote, prejudicada pelo conjunto de viadutos que desagregaram o partido urbanístico do aterro de São Lourenço.

descrição: A edificação eclética de cinco pavimentos e composição quase simétrica de fachada tem a singularidade de ter eixo disposto no ângulo do terreno junto à esquina. O embasamento de pé direito duplo onde encontram-se os acessos (portas e gradis trabalhados), óculos e janelas em meio arco em ambas fachadas. Na face para a praça abrem-se quinze vãos de diferentes formatos - óculos, janelas, meios arcos... Acima do embasamento e separado dele por entablamento há mais três pavimentos com pilares engastados sem ordem definida que se prolongam até o 5º.

A fachada é encimada por platibanda com balaustrada e "frontão" curvo no eixo de ângulo onde há o mastro da bandeira e medalhão que se repete sobre as esquadrias dos três pavimentos.

Na fachada para a av. Jansen de Melo foram utilizados os mesmos elementos.

uso atual: Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro

uso original:

proprietário: próprio estadual

registro imobiliário:

classe: fote

Foto de folha do processo de tombamento do prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo em Niterói que descreve e edificação em questão.

Acervo do DePac da Prefeitura de Niterói.

Foto feita pela autora em consulta ao acervo do DePac.

⁴⁵ Conferir Processo de tombamento nº10/2093/90, de 14/11/90, folha .

⁴⁶ Conferir Processo de tombamento nº10/2093/90, de 14/11/90, folha

⁴⁷ Essa ficha sumária foi extraída do processo de tombamento do prédio e mostra sua composição em 2 de outubro de 1929.

O tombamento é um instrumento importante pois permite que uma referência cultural seja patrimonializada. Para o pesquisador Paulo Knauss, a patrimonialização deve ser pensada como uma construção social e histórica.

Conforme anota Dominique Poulot (2001, p.5), o patrimônio tem a ver com interpretação e, desse modo, é concebido como elaboração de significados. Nesses termos, a história do patrimônio cultural pode ser caracterizada como um inventário de sentidos da noção de patrimônio (Babelon, Chastel, 1994). A consequência disso é reconhecer que o patrimônio cultural não se define como dado, mas como construção social e histórica e que se oferece à interpretação histórica (KNAUSS, 2015, p.11)

O processo de tombamento do prédio da Avenida Jansen de Melo nº3 deixa em evidência aspectos importantes da política de patrimonialização, que marca a cidade de Niterói. Trata-se de aspectos que mostram sobretudo os impasses que acabam envolvendo os bens culturais que pertencem ao Estado do Rio de Janeiro, mas, que foram, em seu processo de patrimonialização, reconhecidos por órgãos municipais patrimoniais, no caso da cidade de Niterói, pelo DePac e pela Assembléia Legislativa Municipal. Como bem definiu Paulo Knauss o patrimônio cultural precisa ser pensado, hoje, a luz de sua produção de sentidos e deve ser, ainda, tomado como uma construção social e histórica.

A compreensão do silêncio, manifesto no abandono do primeiro prédio administrativo da cidade de Niterói, e na ausência de ações de preservação e usos da edificação são explicados, em parte, pelas dimensões deste bem cultural como construção social e histórica. Em sua reflexão acerca das novas perspectivas patrimoniais que se abriram com o novo conceito de patrimônio cultural, instituído pela Constituinte de 1988, e, posteriormente pelos desdobramentos do Decreto 3551 de 2000, o pesquisador aponta uma interessante nuance entre o instrumento do tombamento e o instrumento do registro. Para Knauss

(...) como afirma Antonio Augusto Arantes Neto (2005, p.10), “o ponto-chave desta nova política de patrimônio encontra-se, portanto, na natureza e qualidade da articulação que os agentes oficiais estabelecem com as agências e os atores políticos locais”. Acompanhando o autor, pode se considerar que o registro busca identificar e salvaguardar processos de produção em comum, acordo com seus produtores; o tombamento, por sua vez, serve à conservação de produtos do engenho humano, muitas vezes contrariando os interesses de seus proprietários. Há, assim, duas situações distintas que se colocam diante dos bens culturais que se tornam objeto da política pública. Uma, em que o Estado se coloca ao lado dos detentores do bem cultural, e outra, em que o Estado se impõe ao interesse particular do dono do bem cultural. Evidencia-se que o patrimônio imaterial serve para aproximar o Estado de agentes do mundo da cultura, enquanto, no caso do patrimônio material, o Estado se identifica com os objetos da cultura. Em seu desdobramento, isso significa tratar a noção de patrimônio de modo distinto.

Em primeiro lugar, o registro do patrimônio imaterial define processos culturais, enquanto o tombamento define produtos culturais (KNAUSS, 2015, p.12).

Para o pesquisador há, hoje, no campo patrimonial uma ambigüidade, que se vincula aos instrumentos do tombamento e do registro. Embora o tombamento defina muito mais produtos culturais do que processos culturais, “não há produto sem processo”.

Entre processos e produtos fica demarcada a ambigüidade do mundo do patrimônio. Os instrumentos jurídicos do tombamento e do registro definem os dois mundos patrimoniais dos bens tangíveis e intangíveis, dos bens materiais e imateriais. No entanto, é preciso considerar que não há produto sem processo, assim como não há processo sem produto no mundo da cultura. É evidente que um acarajé servido se define como produto de dimensão temporal efêmera, enquanto a pedra e a cal possuem natureza que permite atravessar os tempos. Mas nem por isso, o edifício de uma igreja colonial é sempre o mesmo. Os sentidos do espaço eclesiástico são provavelmente quase tão diversos quanto os sentidos do acarajé, ao longo do tempo. No contexto da sociedade escravista, o prédio da igreja e o acarajé tinham sentidos muito distintos dos que têm nos dias de hoje. Por sua vez, o sentido turístico do acarajé é, certamente, muito próximo do sentido da igreja colonial no bairro do Pelourinho da cidade de Salvador, nos dias de hoje. A distância dos produtos diminui muito diante dos processos sociais, no caso dos dois bens culturais mencionados. Como produto ou como processo, o patrimônio é, sobretudo, resultado de um processo de patrimonialização dos bens culturais, o que faz com que eles assumam um estatuto especial protegido pelo Estado em nome de direitos coletivos. No entanto, se a patrimonialização se consagra pela ação do Estado, ela é resultado, sobretudo, de ações que envolvem a sociedade civil. Importa, nesse sentido, destacar que o Estado não é o único agente do patrimônio cultural. A definição do processo de patrimonialização implica, portanto, enfatizar que o patrimônio é construção social (Knauss, 2015, pp.12-13).

Percorrer o processo de patrimonialização de edificações como o prédio administrativo de nº 3 da Avenida Jansen de Melo é um dos caminhos desta pesquisa. É no jogo político das esferas estaduais e municipais que se manifesta a questão dos limites do processo de patrimonialização efetiva do primeiro prédio administrativo da Avenida Jansen de Melo nº3. Limites perceptíveis na ausência, por exemplo, de ações de conservação e restauro da edificação em questão, apesar do processo recente de revitalização desta área portuária, que mais adiante será explicado.

O que hoje designamos como patrimônio cultural contempla, portanto, tanto os elementos culturais como os naturais, de natureza material e imaterial, associados a um

processo de construção coletiva, resultante de um contexto histórico, vinculado a um determinado grupo social e a um território (ZANIRATO, 2009)⁴⁸.

Há menos de um século havia outro entendimento que associava bens culturais apenas aos monumentos nacionais, valorados por critérios estéticos ou históricos, que explicitam a importância que a obra adquirira diante do desenvolvimento da arte ou da história. O bem cultural era tão somente o material e, muitas vezes, compreendido como algo que abonava uma dada história, afiançava o acontecido, mostrava as etapas do desenvolvimento da atividade humana. Não havia ainda o expediente do registro que viabilizou a patrimonialização dos bens de natureza majoritariamente imaterial.

Compreendo que o patrimônio cultural não pode ser pensado de forma isolada. Os valores que contribuem para que ele seja aceito como parte de um grupo de pessoas estão em constante mudança, por isso, o patrimônio cultural também deve ser percebido pelo seu viés histórico, ou seja, como representante de um dado tempo.

O historiador Manoel Salgado Guimarães vai além dessa perspectiva, quando afirma que o “patrimônio é também uma escrita do passado, submetida evidentemente a uma gramática e a uma sintaxe específicas”.⁴⁹ Esta afirmação parece ser hoje de certa forma evidente, mas nem sempre as questões relacionadas ao tema do patrimônio no Brasil foram compreendidas como integrantes do rol de problemáticas de natureza historiográfica. A constatação do autor, sobre o caráter histórico do patrimônio cultural e sobre a percepção de mudança na compreensão do patrimônio, ao longo do tempo no Brasil, conflui para o debate sobre como o patrimônio era encarado nas primeiras políticas brasileiras de preservação. Nesse sentido, prossegue o autor afirmando que

A geração dos fundadores do patrimônio, integrada basicamente por arquitetos de formação, imprimiu uma marca peculiar ao campo, cujos traços ainda hoje se fazem presentes. Certamente a consideração dessa especificidade é importante para compreendermos os rumos e as diretrizes assumidas pela questão patrimonial em nosso país. Longe de ser uma natureza, sua vinculação ao campo da arquitetura deriva de uma história peculiar da constituição desse campo entre nós e, por isso, não parece ser estranho um relativo distanciamento do universo de interrogações propriamente historiográficas.⁵⁰

⁴⁸ Cf. ZANIRATO Silvia H. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. Patrimônio e Memória. CEDAP, v. 5, n.1, p. 137-152 -out. 2009.

⁴⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n°. 34, pp.91-112, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>.

⁵⁰ http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf

Por fim, retomando a percepção mais contemporânea sobre o campo do patrimônio, o autor destaca a necessidade de que ele seja tratado pelo prisma interdisciplinar, já que,

(...) não apenas entre nós, mas no panorama das discussões internacionais em torno do patrimônio, tem-se observado uma aproximação entre diversos campos de atuação profissional, tornando o tema do patrimônio um lugar privilegiado para um diálogo entre historiadores, arquitetos, antropólogos, historiadores da arte, para ficarmos com apenas alguns desses campos que têm contribuído, de forma decisiva, para tornar complexas as discussões e abordagens acerca do patrimônio, da sua conservação e relação com as sociedades contemporâneas.⁵¹

Desta forma, é relevante se ter sempre em mente que o que é rememorado, tombado e registrado, também parte da sublimação de outras experiências, muitas vezes pautadas por conflitos ou sintetizadas em ações características de grupos marginalizados em uma sociedade ainda desigual.

O processo de esquecimento, característico da patrimonialização, está associado aos embates sociais e as diretrizes políticas das instituições públicas. Nesse sentido, a memória – construída e pensada no presente – é, muitas vezes, utilizada como elemento oficial de coesão, com o objetivo de constituir uma visão única e linear sobre o dominado, suas ações e expressões políticas e culturais. É o que Michael Pollak (1989) definiu como a reinterpretação do passado em função dos combates do presente e do futuro.⁵² Isso acontece por conta do controle de determinados segmentos sociais terem o poder de decisão acerca do regramento social.

Há grupos que estão nas bases mais altas da pirâmide, a saber, os políticos ou pessoas privilegiadas que se refutam em consultar os demais atores sociais, principalmente a comunidade ao redor do patrimônio cultural. A representação desse contexto gera conflitos, pois eles só defendem seus interesses, deixando claro, as exclusões. Mas isso não deveria ser assim, pois quando a população é consultada e trabalha em conjunto nesta construção da memória e patrimônio cultural, defende e valoriza um bem cultural.

O patrimônio cultural faz parte da cidade, pois é, como bem pontuou Knauss, uma construção social e histórica. Ele precisa ser reconhecido pela sua importância, mesmo que ele não seja usado como era na sua criação, já que também se constitui como legado histórico de grupos sociais. Além disso, a cidade de Niterói mantém tanto por parte de grupos da sociedade civil, como por parte de intelectuais de instituições como a Universidade Federal

⁵¹ http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf.

⁵² Cf. POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2 n. 3, 1989, p. 3-15

Fluminense (UFF) e, ainda, por parte do poderes públicos municipais uma longa tradição de diálogo com o campo patrimonial e, ainda, com o campo das políticas de preservação do patrimônio cultural.

Diante do exposto, se colocam, algumas questões. Por que um prédio tão monumental como o primeiro edifício administrativo nº3 da Avenida Jansen de Melo, apesar de tombado, por expedientes municipais, se encontra em estado de abandono e não tem uso na atualidade? Que fatores explicam esse abandono?

A fusão do estado da Guanabara com a fusão do estado do Rio de Janeiro, em 1975, e a consequente transferência dos órgãos administrativos para a cidade do Rio de Janeiro, explica esse fenômeno? Acreditamos que, em parte, sim. O processo de transferência dos órgãos gera a necessidade de novos usos para os prédios administrativos de Niterói que abrigavam as repartições públicas do estado do Rio de Janeiro. O espaço do Palácio do Ingá e da Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, acabaram sendo apropriados, em virtude de seu valor histórico-cultural, e acabaram tendo novos usos. O Palácio do Ingá foi por 72 anos sede do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Com a fusão do estado da Guanabara e do estado do Rio de Janeiro foram abandonados vários conjuntos de imóveis que, atualmente, se constituem como patrimônio cultural do estado do Rio de Janeiro.

Dentre estes imóveis merecem destaque os prédios da Assembléia Legislativa – prédio onde, hoje, funciona a Câmara Municipal de Niterói –, e os Tribunais de Justiça do Estado do Rio, o TRE. Tal como o prédio da Assembléia Legislativa, que passou a ter novo uso ao abrigar a Câmara Municipal de Niterói, o Palácio do Ingá se tornou Museu de História e Arte do Rio de Janeiro.

É interessante destacar que esse novo uso do prédio da antiga Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro se deu a partir da atuação de alguns deputados. Foi primordial nesse sentido o movimento realizado pelos deputados Cláudio Moacyr, Francisco Lomelino e Silvio Lessa, e, ainda, a intervenção de vereadores como Luiz Morgado e Donal Guimarães. O prédio da Câmara Municipal de Niterói, antes da transferência para esse novo espaço, era no prédio de dois andares em frente ao Jardim São João onde hoje funciona a Secretaria de Educação do município. Houve, na ocasião do esvaziamento desse espaço político, uma campanha do jornal “A Tribuna” para ceder o prédio da Assembléia Legislativa para Câmara Municipal de Niterói⁵³.

⁵³ Conferir <https://www.tribunarj.com.br/materia/h-50-anos-niteri-perdeu-o-titulo-de-capital-do-estado>.

Se muitos desses espaços passaram foram reapropriados pelo poder público municipal para reorganizar seus espaços administrativos, por que o primeiro prédio administrativo nº 3 da Avenida Jansen de Melo, não passou pelo mesmo processo? Cabe aqui considerar como questão o plano urbanístico incompleto, que não se realizou e consolidou, em torno do projeto da praça Renascença. Cabe, aqui, uma contextualização desse projeto, vigente principalmente, à época de Feliciano Sodré. O processo de urbanização e modernização da cidade de Niterói, do início do século XX, foi influenciado pela reforma urbana implementada na cidade do Rio de Janeiro, por Pereira Passos.

Feliciano Sodré buscava criar uma identidade própria para Niterói, que integrava o projeto “Renascença Fluminense”, e, ainda, buscava aproximar o centro comercial do centro político. Era interessante viabilizar a construção de uma imagem a partir do qual se diferenciava a identidade de Niterói da identidade da cidade do Rio de Janeiro. Foi, por isso, que, no final da década de 1920, Feliciano Sodré viabilizou, por exemplo, a construção do porto na enseada de São Lourenço, uma importante intervenção urbana na região, que era uma antiga área de mangue.

Além do aterro da enseada de São Lourenço e posterior urbanização, ocorreu o desmonte hidráulico do Morro do Campo Sujo para a construção do Centro Cívico, houve investimentos que foram viabilizados para a criação de infraestrutura como ruas largas, praças e edifícios públicos e, ainda, se deu a requalificação de áreas como o Mercado Municipal e o Centro Cultural Abrigo dos Bondes. O texto do Portal UFF Memória Informação, cujo título é “Um panorama social da capital fluminense nas primeiras décadas do século XX (1900-1930)” caracteriza o sentido desse processo de modernização no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Para manter o status de capital fluminense em 1904, Niterói precisava passar por algumas mudanças estruturais, como melhorar a rede de águas e esgotos, o transporte e a rede elétrica, uma vez que outros municípios do estado como Campos dos Goytacazes e Teresópolis pleiteavam ser capital do estado. Diante de tais necessidades, a Prefeitura e o governo do estado realizaram obras na capital fluminense, próximas aos moldes das reformas realizadas na vizinha cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, iniciadas por Pereira Passos, no início do século XX²⁶, e com novos projetos nas comemorações do centenário da Independência, com a derrubada final do Morro do Castelo. Sendo assim, Niterói iniciou seu processo de modernização urbana, saneamento e urbanização na primeira década do século XX.

Para se manter, portanto, com o status de capital, a cidade de Niterói, precisava se adequar aos projetos de urbanização e modernização vigentes no início da República. Durante, então, a gestão dos prefeitos Paulo Alves e João Pereira Ferraz, muitas são as obras e

o investimento para assegurar esse processo de modernização urbana, como evidencia, o fragmento de texto abaixo.

Elas foram iniciadas em 1904 na gestão do prefeito Paulo Alves e intensificada durante a gestão do prefeito Pereira Ferraz (1906-1910). As ações eram voltadas para a abertura, o alargamento e calçamento de ruas como a avenida na orla das praias das Flechas e Icaraí, organização de um horto municipal, criação da sede do governo estadual no bairro do Ingá, substituição do sistema de luz a gás pelo de luz elétrica e inauguração das linhas de bondes elétricos. Igualmente, foi feita a reformulação dos serviços da Cantareira Viação Fluminense, modernizando-se as comunicações marítimas com a capital. E já sob o comando do prefeito João Pereira Ferraz (1906-1910), o governo municipal derrubou morros, criou parques e praças para o lazer como o Campo de São Bento, em Icaraí; o Jardim São João, no Centro da cidade e a Praça Enéas de Castro, no Barreto. Em 1909, foi aberta a Alameda São Boaventura, e já em 1910, foi inaugurado o prédio da Prefeitura de Niterói. Com isso, a vida urbana em Niterói se intensificou (Portal UFF Memória Informação, pp.3-4)⁵⁴.

Uma das características desse processo de intensificação urbana pode ser percebida a partir da instalação na cidade de bancos, clubes sociais, jornais, cassinos, e, ainda, a abertura de novas salas de cinema. Esse desenvolvimento propiciou a vinda de muitos jovens oriundos do interior do Estado do Rio de Janeiro.

Bancos, jornais, companhia de seguros, cassinos e clubes sociais estabeleciam-se no município, assim como os primeiros colégios de ensino primário e secundário. Nesse período, o teatro e o cinema também faziam sucesso em Niterói. Apesar das dificuldades financeiras, o Teatro João Caetano, que existia desde 1827, recebia apresentações de Leopoldo Fróes, além de operetas com a participação de tenores como Almeida Cruz. O cinema ganhou destaque no final da primeira década, com a abertura das primeiras salas de exibição, e continuou em destaque com a inauguração do Cinema Éden em 1920, posteriormente chamado de Cinema Colyseu, que dispunha da maior tela do Brasil, naquele momento. Em 1928, foi inaugurado na Avenida Rio Branco o terceiro cinema do país adaptado para o sistema sonoro – o Cine Theatro Imperial. O Poder Executivo local dividia as funções e responsabilidades relacionadas à educação e saúde com as ordens religiosas da cidade, por meio da Diretoria Municipal de Higiene, desde 1904. Todo esse conjunto de transformações e urbanização significou um atrativo, tanto para jovens estudantes, filhos das elites agrárias, quanto para as classes populares de outras partes do estado que buscavam melhoria de vida e empregos (Portal UFF Memória Informação, p.4)⁵⁵.

⁵⁴ Trata-se de texto retirado do [Portal UFF Memória Informação](#) que é um produto resultante do projeto de criação do Centro de Memória da Universidade Federal Fluminense, desencadeado em novembro de 2011, que tem como objetivo inventariar, reunir, sistematizar, produzir conteúdos e disponibilizar o acesso às informações sobre documentos manuscritos ou impressos, objetos, imagens, audiovisuais e outros, que representam vestígios da memória coletiva e institucional da UFF. Para maiores informações buscar o texto “Um panorama social da capital fluminense nas primeiras décadas do século XX (1900-1930)”.

⁵⁵ Trata-se de texto retirado do [Portal UFF Memória Informação](#) que é um produto resultante do projeto de criação do Centro de Memória da Universidade Federal Fluminense, desencadeado em novembro de 2011, que tem como objetivo inventariar, reunir, sistematizar, produzir conteúdos e disponibilizar o acesso às informações

Outro momento importante de modernização urbana se deu, a partir da gestão de Feliciano Sodré, que iniciou um processo importante de desenvolvimento a partir da zona portuária e em torno da praça da Renascença.

Niterói experimentou outro momento de modernização ainda na Primeira República, já em seus últimos anos, quando a capital fluminense passou pelas obras de urbanização do governo de Feliciano Sodré. A construção do Porto de Niterói, o aterro de mangues, a abertura da Avenida Feliciano Sodré, ligando o Centro da cidade à Zona Norte, passando pelo porto, e a transformação de um antigo campo sujo na Praça da República (1927)⁵⁵, realizaram-se em seu governo, com o objetivo de transformar a área próxima ao porto em um grande centro comercial e econômico da cidade. Ali estariam também estabelecidos o Mercado Municipal e a Estação de Trem General Dutra, ponto final do ramal de trem que vinha do interior do estado. (Portal UFF Memória Informação, p.4)⁵⁶.

O prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo, inaugurado no ano de 1929, integra esse projeto mais amplo, que posteriormente acabou sendo abandonado. Hoje, em dia, como discutiremos no próximo capítulo, há um movimento que retoma a revitalização da área que fica em torno da praça Renascença. Diante dessas novas considerações, é interessante destacar, então, que para os padrões arquitetônicos da época o primeiro prédio administrativo de Niterói se vinculavam aos aspectos da modernidade e do progresso daqueles tempos.

Sua estrutura podia ser comparada a outras edificações monumentais do mesmo período. Edificações que não devem, como bem pontuou Knauss, ficar restritas à sua condição de produto cultural. Quando se estuda um bem cultural como o prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo de Niterói, não há só um edifício, mas toda uma narrativa local, criada que lhe confere um peso na memória coletiva. A descrição da estrutura desse prédio surpreende tanto por sua conotação instrutiva, como por sua contemporaneidade em relação a obras semelhantes em países desenvolvidos, como os edifícios de Auguste Perret, da década de vinte, na Europa, anteriores mesmo às obras de Le Corbusier⁵⁷.

Para orientar as análises acerca do processo de tombamento do prédio administrativo nº 3 da Avenida Jansen de Melo de Niterói é preciso, por isso, pensar nos embates entre

sobre documentos manuscritos ou impressos, objetos, imagens, audiovisuais e outros, que representam vestígios da memória coletiva e institucional da UFF. Para maiores informações buscar o texto “Um panorama social da capital fluminense nas primeiras décadas do século XX (1900-1930)”.

⁵⁶ Trata-se de texto retirado do [Portal UFF Memória Informação](#) que é um produto resultante do projeto de criação do Centro de Memória da Universidade Federal Fluminense, desencadeado em novembro de 2011, que tem como objetivo inventariar, reunir, sistematizar, produzir conteúdos e disponibilizar o acesso às informações sobre documentos manuscritos ou impressos, objetos, imagens, audiovisuais e outros, que representam vestígios da memória coletiva e institucional da UFF. Para maiores informações buscar o texto “Um panorama social da capital fluminense nas primeiras décadas do século XX (1900-1930)”.

⁵⁷ Essas informações foram retiradas do processo de tombamento do prédio da Jansen de Mello 3, da foto 1353 JPG que se encontra no DePac.

história e memória. Ao realizar esse exercício é preciso estar atento às memórias que recordam e também aquelas que se constituem para ofuscar os conflitos. Sob a luz dos questionamentos acerca da relação entre lembrar e esquecer, resultado de conflitos, cabe ao pesquisador romper com o silêncio das memórias, a partir da sua própria compreensão, e ir ao resgate das evidências que permitam reconstituir os fatos que estão relacionados com os patrimônios culturais, especialmente, com os “patrimônios fantasmas”.

A memória é como se o passado não quisesse morrer. Esta é lembrada de várias formas e, às vezes, preservada por uma minoria como se fosse uma herança passando de geração em geração. Ela é atemporal. Ela é pensada e entendida nas coisas, nos processos, nas configurações e para que se possa entender a sociedade civil, na constituição da sua própria identidade e nas suas preservações de bens ou em sua salvaguarda, como nos fala Paul Ricoeur (2007), nas suas reflexões.⁵⁸,

A memória é contínua. Ela não pára. Ela está sempre em construção e, com o passar do tempo, temos outro olhar sobre as memórias, talvez por adquirir mais conhecimento dos fatos. Vemos a memória por várias vertentes como memória da família, da empresa, da religião, memória da cidade e tantos outros tipos.

Como provoca Ulpiano Bezerra de Meneses é preciso conhecer o campo da memória, remover vários traços que a denigrem para, então, se conhecer o seu caminho com o crivo da História. A memória tem passado e presente. A memória tem história. É preciso resgatar o passado da memória, o peso da memória, a marginalização provocada pelo esquecimento e, ainda, administrá-la. A memória pode ser tomada como registro e retenção como depósitos de informações, conhecimento e experiências⁵⁹.

A memória costuma ser instintivamente um mecanismo de retenção, mas também atua como mecanismo de descarte, como um sistema de esquecimento programado, pois nenhum ser humano consegue guardar tudo na vida. Fala-se muito da memória, mas pouco se conhece do esquecimento. Ora, memória e esquecimento são faces do mesmo processo. Não é nenhuma novidade dizer que a memória é um mecanismo de esquecimento controlado e seletivo. É interessante destacar a perspectiva dos “não-ditos” de Michael Pollak, em seu artigo “Memória, esquecimento, silêncio”, para, a partir desta, refletir sobre essa dimensão de patrimônio fantasma que recai sobre o primeiro prédio administrativo da cidade de Niterói que fica na Avenida Jansen de Melo nº3.

⁵⁸ Conferir RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007

⁵⁹ Conferir <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497/73267>

Hoje, a edificação, que não deve ser apreendida apenas como produto cultural, e neste caso se encontra até patrimonializada pelas instâncias municipais, está sem uso, deteriorada e sem projetos e ações efetivas de restauração e conservação, o que acaba inviabilizando a sua preservação. Por isso, colocamos a seguinte questão. Há, na atualidade, um “não-dito” no campo das políticas de preservação do patrimônio cultural da cidade de Niterói? Esse “não-dito” não poderia ser também um dos fatores que explicam o estado atual da edificação marcado por um profundo processo de esquecimento? Se há, de fato, a construção de um processo de esquecimento que recaiu sobre o prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo, quando este teria se iniciado? Em que momento as fronteiras de um silêncio e de “não ditos” se aproximaram do primeiro prédio administrativo da cidade de Niterói? Para Pollak

(...) existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. No plano coletivo, esses processos não são tão diferentes dos mecanismos psíquicos ressaltados por Claude Olievenstein: "A linguagem e apenas a vigia da angústia... Mas a linguagem se condena a ser impotente porque organiza o distanciamento daquilo que não pode ser posto à distância. É aí que intervém, com todo o poder, o discurso interior, o compromisso do não-dito entre aquilo que o sujeito se confessa a si mesmo e aquilo que ele pode transmitir ao exterior." A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.

Por que, no caso da cidade de Niterói, ainda recaem sobre edifícios da zona portuária e do em torno da praça Renascença, um véu de esquecimento, que apaga a história do própria prosperidade da cidade de Niterói, do início do século XX? Que aspectos da história da cidade de Niterói tem merecido realce no âmbito do campo das políticas de patrimônio cultural da cidade?

Regina Celia da Silva Costa, em seu artigo “Patrimônio e bem-estar social: o centro histórico de Niterói (RJ)”, coloca em evidência um aspecto interessante que atravessa o campo do patrimônio cultural da cidade de Niterói na atualidade: o novo. Um novo que se sobrepõe ao antigo e, assim, acaba estimulando silenciamentos, e, ainda, a construção de muitos “não-ditos” em torno da memória coletiva do processo de modernização da cidade de Niterói que atravessou temporalidades diferentes.

Num momento em que se privilegia o novo – evidenciado pelo Caminho Niemeyer, edificado em toda a orla do centro da cidade, culminando com o Museu de Arte Contemporânea (MAC) –, por que não contrapô-lo ao antigo, resgatando a memória e a autoestima da sociedade em relação a um passado que ainda pode oferecer significados? O centro histórico teve importância decisiva no processo de desenvolvimento e de criação de uma atmosfera onde estiveram presentes manifestações culturais peculiares da cidade. Contudo de que forma esse centro repercute hoje no imaginário e na realidade de seus cidadãos? Como pode tornar suas vidas mais ricas interiormente, num sentido subjetivo, e, por outro lado, promover o desenvolvimento material? (COSTA, 2014, p.16).

Outra questão, aqui, se coloca. Em que medida esse novo projeto de modernização da cidade de Niterói, contribui para que antigos casarões, fábricas, portos, edifícios, dentre outros, tenham suas memórias lançadas ao subterrâneo?

A noção de patrimônio como um bem coletivo – aquele pertencente a todos os integrantes de uma nação – é definido como um conjunto de bens materiais e imateriais que representam a herança de um passado comum ou – nos casos de patrimônios atuais – como exemplo de um determinado presente que se deseja preservar para o futuro.⁶⁰

É importante considerar as contribuições de Fonseca (2005), que percebe o campo do patrimônio a partir de um movimento de contínuo aperfeiçoamento, e, ainda reflete sobre o conceito de patrimônio cultural em diálogo com as relações políticas e ideológicas e com a dimensão da preservação das referências culturais plurais da sociedade brasileira. Para a pesquisadora é fundamental pensar que grupos devem atribuir valores ao patrimônio.

Há no campo patrimonial, constantes conflitos construídos, que acabam legitimando instituições, nos processos de tombamento e registros. No caso do primeiro arranha-céu da cidade de Niterói, esse bem que é o objeto de estudo, está em disputa entre diferentes esferas governamentais. Nesse caso foi o município que tombou o prédio, mas é ao Estado que o prédio pertence. Esta é apenas uma das razões que explica o estado de degradação e abandono no qual o prédio se encontra.

⁶⁰ Conferir a discussão em <http://patrimonios.proprietas.com.br/index.php/site/patrimonios>

Capítulo 3 – Usos e desusos de um bem cultural

3.1. Preservação dos bens culturais em Niterói: problemas e questões

Essa pesquisa como já se destacou se propõe a estudar o prédio nº 3 da Avenida Jansen de Melo, da cidade de Niterói, sob a perspectiva conceitual de patrimônio fantasma. Ao longo desse trabalho, privilegiamos três momentos distintos acerca da trajetória daquele espaço, a saber: sua criação no final dos anos de 1920, momento de seu apogeu; os novos usos e apropriações do espaço após ser extinto o Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (IFEARJ) e, ainda, seu momento de declínio a partir de 2015. Neste capítulo abordaremos aspectos desse declínio, mostrando especialmente nuances das disputas entre os entes federativos no tempo presente, com o intuito de mostrar o quanto a ausência de diálogo entre estes entes, acaba inviabilizando a constituição de políticas patrimoniais que preservem a edificação, sua história e suas memórias.

Como já se destacou, o prédio foi construído para abrigar o Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (IFEARJ), no contexto de modernização e urbanização da cidade, no início do século XX e o último órgão que integrou o espaço em questão foi o do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

O que se deseja problematizar, por um lado, é a percepção acerca de determinadas propriedades que foram legadas ao abandono e, conseqüente, a degradação pela ausência da ação do estado. Por outro, pretendemos verificar como, e a despeito sobretudo da ausência do poder público estatal, esses edifícios seguem a se constituírem como parte da memória da comunidade das localidades em que estão inseridas.

Convém destacar que o patrimônio cultural da cidade de Niterói, com seus muitos exemplares já patrimonializados, é referência para os cidadãos do município e muitos desses lugares de memória ainda se mantêm na memória coletiva, seja por meio de fotos, jornais, revistas, ruínas, pedra de fundação ou por meio de algum tipo de lembrança que se constitui como memória afetiva de pertencimento. Há, portanto, bens culturais, que tem seu reconhecimento pelo tombamento, mas também muitos lugares de memória de “pedra e cal” e intangíveis, que ainda não receberam o devido reconhecimento por parte das instituições patrimoniais ou legislativas. Esses são referências culturais, como bem pontua Maria Cecília de Londres Fonseca, que merecem ser pesquisadas, reconhecidas e difundidas, junto aos diferentes grupos da sociedade brasileira. No caso da cidade de Niterói, o fenômeno de modernização contemporâneo em curso, não tem incluído, muitos dos velhos percursos e de antigas edificações como coloca em evidência em sua reflexão a pesquisadora Regina Celia da Silva Costa

No cenário contemporâneo da cidade de Niterói encontra-se a deterioração do espaço urbano, no qual monumentos históricos convivem ao lado de edificações antigas e variadas, como estabelecimentos comerciais, casas e instituições, oferecendo uma multiplicidade de estilos arquitetônicos e decorativos, a imensa maioria em estado deplorável. A modernização da cidade não deveria passar necessariamente pela exclusão de sua memória, de seus velhos percursos, das antigas edificações (COSTA, 2014, p.16).

Paulo Knauss, em sua reflexão acerca do patrimônio cultural fluminense, pontua uma questão interessante ao tratar dos usos do passado pelo campo patrimonial, para melhor compreender os caminhos da patrimonialização, que envolvem os bens culturais fluminenses. Para o pesquisador

(...) a historiografia produzida no âmbito do Sphan sobre o patrimônio cultural do Rio de Janeiro enredou-se no dilema regional, na dificuldade de ser bairrista e na imposição de ser sempre nacional ou até mesmo universal, esquecendo a máxima de que ser local pode ser a melhor via para se afirmar como universal (KNAUSS, 2015, p.18).

A história do prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo, que abrigou várias instituições públicas do Estado do Rio de Janeiro, já descrita no primeiro capítulo, se confunde com essa perspectiva de uma “imposição de ser sempre nacional ou até mesmo universal”, como sublinha Knauss. Para o pesquisador

(...) há uma história do patrimônio cultural fluminense a ser construída e contada a partir da história dos governos estaduais. Dito de outro modo, sabemos que os governos empreendem inúmeras obras públicas, que se traduzem em construções diversas que ao lado de suas funções específicas se tornam marca da capacidade de sua realização. Nesse sentido, elas traduzem seu sentido político. Contudo, à medida que são apropriados socialmente se tornam efetivamente patrimônio público. Assim, o sentido político se mescla com o sentido público dessas obras concebidas como governamentais. O sentido político original da obra se transmuta em sentido comum, dissolvendo a marca particular em construção coletiva. Portanto, se as obras públicas inscrevem na paisagem e no cotidiano a identidade de ação de um governo, terminam projetando a construção da identidade de um território. Ao se completar plenamente essa operação é que as obras públicas podem se abordadas como expressão de uma época e justificar sua afirmação como bem cultural a ser preservado (KNAUSS, 2015, p.18).

As particularidades do processo de modernização e urbanização da cidade de Niterói, que se associam a gestão de Feliciano Sodré, é um desses aspectos singulares que ajuda a esclarecer a produção de sentidos históricos e a dimensão de construção social que envolvem o prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo. Compreender não só esse processo de modernização como também os que se sucederam a esse é fundamental para a entender as condições atuais

do prédio e sua ausência, como prioridade, no âmbito das políticas patrimoniais do Estado do Rio de Janeiro. Como segue argumentando Knauss “há, portanto, uma ordem do patrimônio cultural que se confunde com a ordem da história política, a partir das obras públicas” (KNAUSS, 2015, p.18). Essa dimensão é notória no caso do prédio que se constitui como objeto de estudo deste trabalho.

O desaparecimento de muitos bens culturais também estão ligados à especulação imobiliária, à inércia da administração pública e, até mesmo, aos usos dos bens públicos em favorecimento de um grupo de indivíduos. Além disso, é importante salientar que o tombamento dos imóveis pelos órgãos responsáveis não representa garantias para preservação dos patrimônios, tendo em vista que os órgãos responsáveis não são capazes de cumprir os seus papéis como gestores do bem público. O que nos faz pensar a história de tais bens culturais, a partir da perspectiva de silenciamentos, que tendem a silenciar uma memória que tende a ficar restrita ao subterrâneo das memórias coletivas e do campo do patrimônio cultural.

A história de Niterói possui vários exemplos de bens culturais e referências culturais que foram relegados ao esquecimento, alguns públicos e outros privados. A cidade perdeu mais de 90% de seus cinemas de rua. Muitos destes foram transformados em igrejas evangélicas, em lojas, mercado e prédios residenciais. Há, ainda, vários hospitais e fábricas de referências faliram, aquedutos em ruínas, casarões se deteriorando dentre outros. Estes são lugares de memória importantes para a cidade e fizeram e, ainda, fazem parte da história da de Niterói. São construções de caráter social, religioso, econômico e cultural e muitas são dos séculos passados.

Dado este quadro, utilizamos o prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo, para problematizar a cidade, ao ter como *lócus* a discussão acerca do acesso aos seus bens coletivos. Mais que um edifício, o prédio carrega em si uma condição que permite pensar a cidade de Niterói, em seu contexto local e global, para além de dar margem para reflexões mais atinentes aos problemas característicos do presente, pois com a falta de políticas públicas voltadas para a preservação, o patrimônio cultural fica relegado ao esquecimento e a população acaba tendo seu direito de acesso à cidade e a cultura restringido.

O que se observa em relação ao prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo da cidade de Niterói, é que poucas providências têm sido tomadas para sua preservação. Esta edificação foi saqueada várias vezes, e, apesar do Estado do Rio de Janeiro possuir um órgão de proteção patrimonial, que é o Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC), não há nenhum registro de tombamento feito por este setor governamental do Estado.

É, por isso, que o tombamento desta edificação construída na década de 1920, que teve muitos usos e apropriações, é só municipal. Convém destacar que o seu tombamento só ocorreu sete décadas mais tarde. Hoje, com 94 anos, esse bem cultural tem seu destino incerto. Como divulgado pela imprensa recentemente, há um interesse de uso do prédio pela prefeitura de Niterói, mas ainda não se chegou a nenhum acordo político. Essa situação se arrasta, desde dezembro de 2015, quando o prédio foi totalmente esvaziado pelo seu último órgão estadual, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.⁶¹

É interessante observar a reportagem, do jornal *A Tribuna*, do dia seis de fevereiro de 2021, feita por Raquel Moraes, cujo título é “Prédios históricos são abandonados pelo Governo do Estado em Niterói”. Esta deixa em evidência aspectos de diálogo entre os dois entes, o governo do Estado do Rio de Janeiro e a gestão pública municipal de Niterói, que poderiam vir a atribuir novos usos ao prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo. De acordo com a matéria o governo do Estado do Rio de Janeiro teria interesse em ceder a edificação em questão para a gestão do município.

A cidade de Niterói é um berço de prédios históricos, mas, infelizmente, muitos estão perdendo, dias após dia, as suas características e particularidades. O Governo do Estado é responsável por, pelo menos, três destas imponentes construções que, no lugar de guardar história, estão depredadas, invadidas e saqueadas. No último dia 27 de janeiro a falta de manutenção predial fez cair rebocos da fachada da antiga sede do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), datada da década de 20. O incidente chamou a atenção para a situação de outros espaços que estão se perdendo no tempo. O prédio do TCE é tombado desde 1994 como patrimônio municipal e desde 2015 está fechado. O local já foi alvo de depredação e grandes furtos, inclusive do elevador. A Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado confirmou que vai tentar retomar as tratativas com a nova administração da Prefeitura de Niterói com o objetivo de finalizar o procedimento de formalização definitiva de sua gestão sobre o imóvel.⁶²

O prédio nº 3 da Avenida Jansen de Melo da cidade de Niterói encontra-se abandonado e passa por um grave processo de deterioração como nos informa a reportagem acima descrita. Essa situação deixa evidente a perspectiva de que o patrimônio cultural é um campo de conflito e acima de tudo é um campo político. Como sabemos, cabe ao Estado, como principal ator social, organizar, selecionar, fiscalizar e proteger os bens culturais oriundos de diversos tempos. Essa função foi assumida pelo Estado, desde 1937, como a

⁶¹ Conferir <https://www.atribunarij.com.br/materia/predio-do-tce-tem-entradas-concretadas-com-tijolos>

⁶² Para ler a reportagem completa da jornalista Raquel Moraes sobre o prédio do TCU-RJ basta acessar o link que se segue <https://www.atribunarij.com.br/wp-content/uploads/2021/02/ATRIBUNARJ-06.02.pdf>

publicação do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937). Mas, não é esse movimento, que se observa em relação ao prédio da Avenida Jansen de Melo que atravessou muitos contextos históricos de Niterói e, por ter abrigado muitas repartições e instituições públicas, tem vínculos muito estreitos com a história política da cidade de Niterói.

O termo patrimônio constitui conjuntos de bens de valor cultural que passam a ser propriedades da nação, como podemos ver em Fonseca. A autora acredita que o crédito referido coletivamente ao patrimônio em relação entre a memória e o valor do passado e a construção de identidades partem de instrumentos legais que a nação moderna legitima. O lugar e a realidade social estabelecem valores e atribuições no tempo que são pensados e executados.⁶³ Quando se fala de valor esse que seria a principal questão e reivindicação pede um tratamento adequado. Poucos sabem o significado e suas consequências. “Valor arquitetônico” ou “valor histórico”, por exemplo. Se o valor é sempre uma atribuição, quem atribui? Quem cria valor? Onde se encontra matriz do valor?⁶⁴

O autor Ulpiano de Meneses nos fala que só o poder público poderia instituir o patrimônio cultural, o qual só se comporia, sobretudo de bens tombados, dado o tempo que este instrumento jurídico tem no campo patrimonial. O tombamento, portanto, tem, ainda hoje, papel expressivo na atribuição de valor cultural, isto é, daquele valor que credencia a inclusão do bem no rol formalmente definitivo. Recentemente assiste-se a avanços em relação a este aspecto, principalmente em virtude da constituição do registro para os bens da natureza majoritariamente imaterial. A Constituição Federal de 1988, ao redefinir a noção de patrimônio cultural, reconheceu aquilo que é posição corrente há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (os valores, em geral) não são criados pelo poder público e, sim, pela sociedade. Cabe lembrar, portanto, o artigo 216 da Constituição de 1988 que afirma que

(...) constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjuntos, portadores de referências grupos formadores da sociedade brasileira (...). (BRASIL, 1988)

Os atores sociais locais, na atualidade, e, agora, amparados pela Constituição Federal usam métodos e técnicas que são fundamentais para o reconhecimento, a preservação e a difusão de referências culturais, valorizando, assim, de forma mais adequada, seus objetos e

⁶³ Conferir http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES_Ulpiano_O-campo-do-patrimonio-cultural---uma-revisao-de-premissas.pdf.

⁶⁴ Conferir http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES_Ulpiano_O-campo-do-patrimonio-cultural---uma-revisao-de-premissas.pdf

sua cultura. Os novos patrimônios se dividem de várias formas e estabelecem diálogos a memória, as heranças e as tradições de diferentes temporalidades que se associam à identidade local e aspectos de sua historicidade. A globalização apresenta novos mecanismos e formas de consolidação desses bens patrimoniais, mostrando as riquezas específicas locais.

Os estudos sobre o patrimônio material não se limitam, hoje, a sua dimensão física. Um edifício é portador de muitas memórias, vivências e histórias que são passadas de uma geração para a outra. As histórias de vida, as trajetórias dos trabalhadores também são elementos que compõem a memória, devendo ser preservados. Chama a atenção o fato da construção desse edifício ter sido construído com os recursos vindos dos trabalhadores do Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro.

O mesmo também abrigou, como já se destacou, a Escola Gestão Contas, contribuindo com formações em vários níveis de aperfeiçoamento, e, ainda, foi espaço de preservação da memória político-social já que ali se conservou, por um período, parte da documentação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Como se pode perceber o seu patrimônio não é só material. Há muitas dimensões de imaterialidade, em torno do prédio nº 3 da Avenida Jansen de Melo da cidade de Niterói, e o resgate de sua história é fundamental para acessar essas dimensões e, assim, constituir políticas adequadas de preservação. A apropriação do campo patrimonial se modifica não só nas instituições, mas também se insere na coletividade social mais complexa, para garantir as políticas de preservação, sobretudo depois da Constituinte de 1988, que redefiniu o conceito de patrimônio cultural. Para Regina Celia da Silva Costa o espaço urbano tem papel fundamental no imaginário das sociedades e devem ser repensados à luz de perspectivas inclusão e construção de identidade social.

Ao tentar escapar do viés exclusivamente nostálgico que certos locais possam vir a ter e avaliá-los pelo potencial simbólico, existe a possibilidade de criar no interior do espaço urbano lugares luminosos de existência, prazerosos, que contribuam para a manutenção e a preservação da liberdade, a inclusão e a identidade da cidade e de seus cidadãos. No interior do espaço urbano, a arquitetura, os usos e os trajetos desempenham um importante papel no imaginário de uma determinada comunidade. Sendo assim, a cidade é o produto multifacetado de histórias, memórias, circuitos e imagens que se manifestam e que de alguma forma se expressam e oferecem um sentido àquele grupo social. Sob tal perspectiva, propomos uma investigação interdisciplinar com o intuito de apurar coincidências e divergências entre o espaço geográfico delimitado pela esfera patrimonial da cidade e o espaço de existência social dessa coletividade. Enfatizamos que neste trabalho tratamos do aspecto restrito aos bens patrimoniais como vetores inclusivos e capazes de suscitar a percepção de bem-estar para um determinado grupo social (COSTA, 2014, p.18).

Os bens culturais são para a pesquisadora expressivos vetores de inclusão e bem estar para muitos grupos sociais. É interessante destacar o debate que Gonçalves realiza sobre a importância do patrimônio imaterial na vida social e cultural, no âmbito da passagem de tradições de uma geração para outra. Se esses aprendizados não forem transmitidos, então, aos poucos, há uma morte lenta de setores da cultura, costumes e tradições, que se desdobram na própria gestão pública dos bens culturais sobre os quais recai um profundo silêncio.

Como vimos o prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo não acolheu as mesmas instituições desde a sua fundação. Ele poderia, a partir da gestão municipal, vir a ser utilizado de muitas outras formas. Este poderia, por exemplo, se constituir, como pólo de referência cultural ou escola, principalmente pela sua localização central, com acesso a outros bairros e municípios, com fluxo de transporte e serviços acessíveis.

O que se não justifica é o seu abandono, já que toda aquela área está sendo revitalizada pela prefeitura da cidade. Com a globalização reativaram-se as questões específicas da valorização local e global. Há movimentos para a constituição de processos de patrimonialização que se vinculam à demandas sociais, mas apesar desse processo, na maior parte das vezes, são, apenas certos atores que definem o que será patrimonializado e preservado. Esses processos estão inseridos num campo de disputa gerando conflitos.

Nesse sentido, o conceito de patrimônio fantasma, criado pela professora Márcia Motta, ajuda a caracterizar as condições em que se encontram determinados legados arquitetônicos. Esse termo, como já se destacou, é usado para nomear bens culturais e referências culturais que acabaram por sofrer as ações do tempo e se encontram em ruínas ou acabaram sendo demolidos.

Outra reflexão que ajuda a compreender as dinâmicas acerca dos limites dos processos de patrimonialização é o estudo desenvolvido por Fernando Atique, a partir de dois prédios icônicos do Rio de Janeiro, o Palácio de Monroe e o Solar Monjope desaparecido na década 1970. Este cunha, a partir desta reflexão, o conceito de arquitetura evanescente. Para tanto, este se refere, então, aos casos em que há um vazio no lugar dos edifícios significativos para a população. Tal situação revela um conflito, pois, mesmo havendo a mobilização popular para sua manutenção, os interesses políticos e econômicos ligados ao capital imobiliário da cidade acabaram vencendo os debates em torno da memória.

O prédio nº 3 da Avenida Jansen de Melo de Niterói paira em silêncio, escondido atrás do braço da Ponte Rio-Niterói, em um espaço, ainda, em parte esquecido. Os aspectos de sua preservação se vinculam a delicada constituição de poderes, uma vez que, sendo propriedade do Estado do Rio de Janeiro, recebeu o reconhecimento como bem a ser preservado pela

prefeitura de Niterói. Por um lado, o órgão estadual responsável pela preservação não apresenta uma ação concreta no sentido de cuidar do bem. Por outro, a prefeitura mostra o interesse em revitalizar o edifício, retomando o uso para funções administrativas, mas encontra limitações junto ao governo do Estado.

A sua localização geográfica, bem como seu peso arquitetônico e histórico, são bases para construir um argumento na defesa desse bem cultural e na problematização acerca de seu abandono. Ademais, ainda, o questionamento acerca da relação que a comunidade de Niterói criou ou pode criar em relação a esse espaço, dada a sua importância política e arquitetônica, enquanto espaço de síntese de um momento histórico ou utilização enquanto dispositivo cultural não apenas para a cidade, mas para a região metropolitana. Trata-se, em suma, de compreender esse patrimônio como mais um dos elementos, para pensar a história da cidade de Niterói, a partir das noções de patrimônio, patrimonialização, políticas públicas e esquecimento.

Como já ressaltado, o prédio nº 3 da Avenida Jansen de Melo de Niterói, deixa em evidência na sua fachada, sinais de depredações. O prédio está todo pichado, suas janelas estão quebradas e alguns de seus andares já não tem nem janelas e nem portas. Em virtude do seu abandono, moradores de rua passaram a ocupar o prédio, e, ainda, houve saques diversos. Levaram até o elevador, por isso, as portas de acesso foram, então, bloqueadas com tijolos e cimento. Como bem demonstra a reportagem de Wilson Aquino, do jornal O Dia, de título “Prédio histórico está entregue ao abandono em Niterói”.

De acordo com a linha fina da reportagem em questão “O Primeiro arranha-céu da cidade, edifício que abrigou diversos órgãos da administração estadual sofre com a degradação e ação de criminosos. Até mesmo elevadores foram roubados”. Aqui além de se observar a referência ao prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo de Niterói como “primeiro arranha-céu” da cidade, há menção ao processo de profundo abandono da edificação.

Um prédio histórico que ao longo de cerca de 90 anos foi sede de diversos órgãos do estado transformou-se em um monumento que simboliza o abandono do patrimônio público. O primeiro arranha-céu da cidade de Niterói, construído em 1929, está pilhado à vista de todos. Nem os elevadores do edifício escaparam da sanha dos saqueadores, que já roubaram tudo o que achavam que havia valor e ainda depredaram o imóvel. A construção, cujo último inquilino foi a Escola de Contas e Gestão (EGC) do Tribunal de Contas do Estado (TCE), está vazia desde 2015, quando foi devolvida ao governo estadual. “Foram adotadas todas as providências para a entrega do imóvel, livre e desocupado, e em perfeitas condições de uso”, informou o TCE, em nota. Desde março deste ano, a Prefeitura de Niterói teria ficado responsável pelo prédio que, inclusive, foi tombado pelo então prefeito João Sampaio, em maio de 1994, através da Lei Municipal nº1.289.

No entanto, a prefeitura afirmou, em nota, que o “município aguarda a cessão definitiva do prédio para poder restaurá-lo completamente e ocupá-lo,. Enquanto isso, faz a ronda com guardas municipais, que prenderam três homens tentando furtar peças do edifício. Todos foram encaminhados para a polícia.”⁶⁵

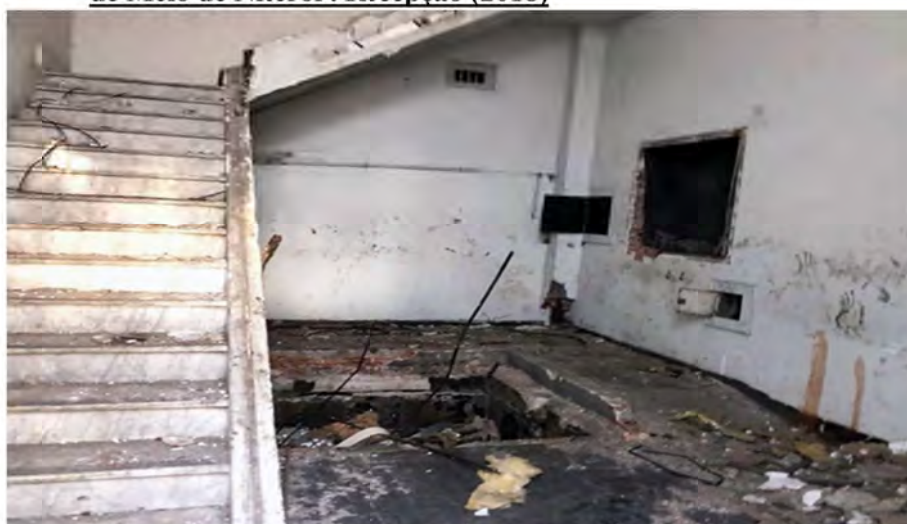
O fato de um patrimônio ser tombado não é, portanto, garantia de sua preservação e não há nenhum impedimento para venda e/ou aluguel. O que se procura preservar são as características do bem, impedindo a descaracterização. Abaixo, encontram-se, algumas imagens que mostram esse processo de descaso e deteriorização do bem em questão.

Imagem 13 – Foto do interior do prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo de Niterói (2018)



<https://colunadogilson.com.br/ex-sede-do-tce-em-niteroi-e-saqueada/15/11/2018>

Imagem 14 - Foto do interior do prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo de Niterói . Recepção (2018)



<https://colunadogilson.com.br/ex-sede-do-tce-em-niteroi-e-saqueada/15/11/2018>

⁶⁵ Para ler a reportagem completa da jornalista Wilson Aquino sobre o prédio do TCU-RJ basta acessar o link que se segue <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/12/5604420-predio-historico-esta-entregue-ao-abandono-em-niteroi.html>

Nas imagens acima, vê-se a entrada onde ficava a recepção, com seus vidros quebrados e as paredes do andar térreo em péssimo estado de conservação. Pode-se observar ainda, na imagem 14, o local onde ficava o elevador, no mesmo andar térreo, ao lado da escada, que dava acesso aos outros andares do prédio. Já a foto abaixo mostra o fechamento do acesso ao prédio com tijolos, bem como uma série de intervenções, isto é, pichações na fachada.

Imagem 15 - Foto da fachada do prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo de Niterói



<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/antiga-sede-do-tce-em-niteroi->

Priscilla Aguiar Litwak 15/07/2019 - 06:00

É importante destacar que neste contexto de abandono, a Secretaria Municipal de Cultura do Município de Niterói, em 14 de abril de 2021, envia um ofício, solicitando uma autorização para intervenção em imóvel tombado localizado na Avenida Jansen de Melo, nº3, Aterrado de São Lourenço, Niterói/ RJ.

Exmo. O Sr. Secretário, Cumprimentando-o cordialmente está Subsecretaria de Patrimônio Imóvel – SUBPAT – integrante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG – Órgão Central de Patrimônio Imóvel Estadual, vem em atenção ao assunto em epígrafe, informar sobre o estado de conservação do imóvel estadual situado na Avenida Jansen de Melo 3, Aterrado São Lourenço, Niterói/RJ. Ocorre que placas de material da fachada do imóvel estão se descolando e caindo no passeio público, representando ameaça tanto à integridade física dos transeuntes quanto ao patrimônio de terceiros. Assim é imperioso que se faça uma intervenção emergencial no imóvel, objetivando-se resguardar a segurança das pessoas,

haja vista que o isolamento já realizado no intuito de interditá-lo parcialmente é medida paliativa e insuficiente para afastar o risco iminente de acidente.⁶⁶

Percebe-se que o gestor da Prefeitura de Niterói cobra, neste caso, dos órgãos responsáveis, uma obra de intervenção para que possa evitar acidente dentre os quais são mencionados a integridade física dos transeuntes. Na sequência do ofício segue a seguinte solicitação.

Como a fachada do imóvel é tombada pelo órgão de proteção do patrimônio histórico-cultural desta municipalidade, é desejável que as intervenções a serem realizadas no imóvel, tenham prévio alinhamento. Por essa razão, solicita-se pedido de agenda, com urgência, realizado por videoconferência, a fim de tratar acerca das intervenções que deverão ser realizadas no imóvel, já que estamos no período de pandemia.⁶⁷

É interessante destacar, por fim, que o ofício informa que, em anexo, seguem os seguintes documentos: i) Relatório Técnico emitido pela EMOP; ii) Relatório emitido pela Secretaria Municipal de Defesa Civil e secretaria do Município de Niterói; iii) Diagnóstico de Intervenção Emergenciais emitido pela Coordenadoria de Engenharia e Avaliação desta SUPLAT. Quem assina é a Subsecretária de Patrimônio Imóvel- SUBPAT, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG-ID. Funcional nº 5100627-8 Fabiana Alves da Silva e, ainda, iv) Relatório Técnico da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Geotécnica- documento de Identificação (Desastre relacionado a obras civis- colapso de edificações).

Como consta no processo, no dia 15 de julho de 2020, foi realizada uma vistoria no prédio da Avenida Jansen de Melo, nº 3, que verificou a ocorrência de queda de reboco. A vistoria foi realizada pelos agentes de defesa civil Matheus Oliveira (matrícula 11687) e Rafael Carvalho (matrícula 10020-015). Em vistoria foi possível observar o desprendimento do reboco/ emboço da fachada frontal da edificação apresentando-se pulverulento e com risco de queda em alguns pontos. Informa-se, ainda, que durante a vistoria foi realizado isolamento da área com fita zebraada devido ao risco de novas quedas de reboco.

A Secretaria Municipal de Defesa Civil e Geotécnica de Niterói interdita, então, o trecho de passeio público no entorno da edificação subscrita devido à possibilidade de novas quedas de reboco que podem vir a atingir transeuntes do local.

Esta ainda recomenda obras de reformas/reparos das anomalias/patogênese encontradas na edificação, destacando a necessidade da adoção de medidas preventivas como a implantação de meios de seguros de isolamento conforme as NR18 e NR35, como: tela

⁶⁶ Cf. Ofício da Secretaria Municipal do Município que se encontra no processo de tombamento do prédio.

⁶⁷ Cf. Ofício da Secretaria Municipal do Município que se encontra no processo de tombamento do prédio.

fachadeira e bandeja de apara lixo, para resguardar a passagem de transeuntes até que as reformas/ reparos do local sejam concluídas. Por fim, esta mesma vistoria informa a possível responsabilidade civil e criminal caso o imóvel ou algum Civil (Lei nº10.046 de 10 de janeiro de 2002) art.937 – “o dono do edificio ou construção responde pelos danos que resultem de suas ruínas, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidades fosse manifestada”.

Esta vistoria recomendou, ainda, que o processo de realização de obras deveria ser acompanhado por profissionais capacitados e credenciados com Anotação de responsabilidade Técnica (ART), com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e com registro no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

O parecer feito na ocasião da vistoria foi encaminhado para providências tanto para a SEOP- Secretaria Municipal de Ordem Pública com vista ao departamento de Fiscalização de Postura como para o SECONSER- Secretaria de Conservação e Serviço Público.

Depois de vários ofícios e relatórios enviados pela Prefeitura de Niterói aos setores responsáveis do governo do Estado do Rio de Janeiro, a Empresa Municipal de Obras Públicas (EMOP), esteve no local e colocou uma faixa, informando sobre a manutenção e correção predial da fachada. A faixa foi fixada, porém, até hoje nada foi realizado.

Os gestores do Estado do Rio de Janeiro informam que não houve devolução oficial do prédio e ele continua desocupado, desde dezembro de 2015, sob a guarda do município. O imóvel foi cedido à Prefeitura de Niterói, em fevereiro de 2018, quando havia intenção de instalar ali alguns órgãos públicos. Só não houve sucesso na negociação, pois a cessão era provisória e o investimento para restauração era muito alto, algo em torno de R\$15 milhões, então o município o devolveu ao Estado. Por outro lado, como não houve a devolução, diz o Estado, ele será ofertado para gestores de patrimônio Estadual.

O Estado diz que não houve devolução oficial do prédio e ele continua desocupado desde dezembro de 2015, sob a guarda do município e um questionamento sobre seu destino. O imóvel foi cedido à prefeitura em fevereiro de 2018, que haveria intenção de instalar alguns órgãos públicos. Só não houve sucesso na negociação, pois a cessão era provisória e o investimento para restauração era muito alto, em torno de R\$15 milhões, então o município devolveu ao Estado. Como não houve a devolução, diz o Estado, ele será ofertado para gestores de patrimônio Estadual.

Imagem 16 – Foto da fachada do prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo de Niterói com destaque para o braço da Ponte Rio- Niterói



Foto feita pela pesquisadora. Acervo pessoal.
19/10/2022

A evidência da consequente deterioração da edificação histórica permite caracterizar o bem cultural como em total estado de abandono, por isso, este estudo opera com o conceito de patrimônio fantasma. Há uma disputa em diferentes esferas políticas entre o estado e o município e até os dias atuais nenhuma solução foi apresentada em relação a sua preservação.

Nessa pesquisa, algumas questões são levantadas: Por que a política de preservação de um bem cultural não considera, muitas vezes, a sua incorporação aos dispositivos culturais do Estado? Quais seriam os elementos impeditivos para a transformação de um edifício público em um espaço de acesso aberto para uma comunidade que muitas vezes o reconhece? Por que depois de tantos investimentos e trajetórias de uso, um edifício como o prédio nº3 da Avenida Jansen de Melo de Niterói está abandonado pelas autoridades públicas? Estas são questões que nortearam essa pesquisa e que ainda podem ser mais amplamente problematizadas.

O fato de um patrimônio ser tombado não é garantia de sua conservação e não há nenhum impedimento para venda, aluguel, o que deveria acontecer não acontece. O que se procura preservar são as características do bem, impedindo a descaracterização. Como visa ao reforço de identidade através da preservação da memória, uma das preocupações dos tombamentos é com a visibilidade do bem tombado. Assim, no caso de bens imóveis procura-

se delimitar a área do entorno do imóvel tombado, para impedir a construção de novas edificações que impeçam a sua valorização. E, portanto, sua valorização.

A preservação do patrimônio cultural de Niterói iniciou com a promulgação da Lei no 827, de 1990, que instituiu o instrumento do tombamento municipal e criou órgãos de proteção ao patrimônio cultural – o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (DePac). Mais adiante, com base no entendimento de que a preservação deve ser considerada num contexto mais amplo de planejamento urbano, a administração municipal abordou a questão do patrimônio Cultural no Plano Diretor de Niterói (Lei 1157/92), apontando diretrizes para as áreas de Preservação do Ambiente Urbano (APAUS) e para os bens tombados.

Nesse sentido, o bem cultural que pesquiso, o antigo prédio do Tribunal de Contas de Niterói, já está reconhecido pela legislação da cidade, mas se encontra abandonado. Este projeto se insere na busca de um estudo que prioriza a análise do abandono deste patrimônio e da importância do mesmo para as pesquisas em torno da defesa dos patrimônios e de sua articulação com a sociedade pelas perspectivas da história e da cultura.

V - Conclusão

Essa pesquisa tem como objeto de estudo o primeiro arranha-céu, erguido na cidade de Niterói (RJ) e construído para abrigar repartições da administração estadual fluminense, na ocasião em que a cidade foi capital do estado do Rio de Janeiro. Inicialmente funcionou, no espaço do prédio, o Instituto de Fomento à Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (IFEA-RJ), que foi fundado em agosto de 1926, pelo chefe do executivo local Feliciano Pires de Abreu Sodré para a política da defesa cafeeira. Os governos estaduais ficaram responsáveis por esta instituição que funcionou até 1931 quando foi extinta. É, então, inaugurada a Secretaria de Fomento Agricultura e Trabalho. Até o ano de 2015, quando o prédio foi completamente desocupado pelos órgãos públicos, outras secretarias administrativas do Estado fizeram uso desse espaço, mas não há registros de alguns destes usos no processo de patrimonialização municipal. Desde que deixou de ser ocupado por repartições públicas, o edifício histórico ficou exposto à deterioração, mesmo tendo sido reconhecido como bem cultural pelo tombamento em nível municipal, em 1994.

Compreendemos que o patrimônio cultural não pode ser pensado de forma isolada. Os valores que contribuem para que ele seja aceito como parte de um grupo de pessoas estão em constante mudança, por isso este também deve ser percebido pelo seu viés histórico, ou seja, como representante de um dado tempo. O pesquisador Manoel Salgado Guimarães afirma que o “patrimônio é também uma escrita do passado, submetida evidentemente a uma gramática e a uma sintaxe específicas”⁶⁸. Esta afirmação parece ser hoje de certa forma evidente, mas nem sempre as questões relacionadas ao tema do patrimônio no Brasil foram compreendidas como integrantes do rol de problemáticas de natureza historiográfica. Essa constatação do autor, sobre o caráter histórico do patrimônio e sobre a percepção de mudança na compreensão do patrimônio ao longo do tempo no Brasil, conflui para o debate sobre como o patrimônio era encarado nas primeiras políticas brasileiras de preservação.

Desta forma, temos sempre em mente que o que é rememorado, tombado, também parte da sublimação de outras experiências, muitas vezes pautadas por conflitos ou sintetizadas em ações características de grupos marginalizados em uma sociedade ainda desigual. O processo de esquecimento, característico de alguns processos de

⁶⁸GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 34, p. 91-112, 2012. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>

patrimonialização, está associado aos embates sociais e as diretrizes políticas das instituições públicas. É importante sinalizar que devemos deslegitimar as memórias, sobretudo aquelas que se constituem para ofuscar os conflitos que lhes originam. Sob a luz dos questionamentos – muitas vezes conflitantes, é claro – e das fontes pertinentes, cabe a nós rompermos com o silêncio das memórias, a partir da sua própria compreensão, e ir ao resgate das evidências que permitam reconstituir os fatos.

Os bens produzidos pela sociedade precisam ser protegidos e preservados pelo Estado como principal ator social, fiscalizando e repassando as histórias e memórias de uma nação em diversos “tempos”. O Estado deveria ser o principal guardião das identidades nacionais e da memória coletiva. Fiscalizando e protegendo os patrimônios. Ele tem a responsabilidade de organizar, selecionar, e proteger o que será patrimonializado ao longo do tempo.

A patrimonialização na contemporaneidade é marcada por diversas formas de percepção, compreensão e interpretação que os grupos sociais vivenciam, por isso, os significados históricos de um monumento devem ser interpretados.

Destacam-se algumas contribuições como a de Fonseca (2005)⁶⁹, com análise do patrimônio com o processo constante de aprimoramento e a de Miceli (2001)⁷⁰, como a produção intelectual no conceito do patrimônio cultural e na produção das relações políticas e ideológicas sugestivas entre os demais autores contribuindo com a vertente da investigação do espaço de preservação.

O patrimônio cultural atinge relações de memória e história da sociedade constituída e julgada de “valores”, padronizações, direções que se legalizam “oficialmente” como deve se portar o patrimônio cultural ao longo do tempo como formas de resistência, construindo opções aos aspectos institucionalizados. O termo patrimônio cultural constitui conjuntos de bem de valor cultural que passam a ser propriedades da nação, como podemos ver em Fonseca (2005, p.58). A autora acredita que o crédito referido coletivamente ao patrimônio em relação entre a memória e o valor do passado e a construção de identidades partem de instrumentos legais que a nação moderna legitima.

Esses movimentos, variados de resistência, acontecem pelo mundo pela valorização das referências culturais. Lutam para que esses bens sejam salvaguardados para que não haja um silenciamento. Esses atores sociais locais usam métodos e técnicas que são fundamentais valorizando seus objetos e sua cultura. Esses patrimônios se dividem em várias formas e

⁶⁹ FONSECA, M.C.L. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Iphan, 1997.

⁷⁰ Miceli, Sérgio (org), Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

estabelecem o diálogo e pensamentos que demonstram a importância da etnografia para o aprendizado, tendo fortes laços com a memória, cultura, “tempo” e identidade na sua historicidade. A globalização apresenta novos mecanismos e formas de consolidação desses bens patrimoniais, mostrando as riquezas específicas locais.

A memória tendo um papel fundamental sendo essa ligação entre o passado, presente e o futuro, sobretudo atemporal, criando uma relação entre monumento e documento do passado e sua valorização da relação da história e memória social, renovando seus significados e conhecimentos e culturas para as diversas sociedades.

Os patrimônios fantasmas podem representar o abandono ou a falta da presença do Estado na preservação do nosso patrimônio coletivo, mas também formam - ainda que retrógrados - uma linha de continuidade com o passado presente na memória local, às vezes, a retratação destes espaços, desde que muitas vezes se diz: "Não existe mais". Embora alguns possam estar fisicamente intactos, eles não foram designados como herdeiros no sentido de que isso seja oficialmente reconhecido como exemplo de uso do bem comum.

Eles não são reconhecidos pelo poder público com tamanho importância para serem preservados, ainda que tenha sido e/ou seja necessário a comunidade reconheça seu lugar de integração e pertencimento. Como herança cultural, podem também representar o poder de resistência ao esquecimento sobre uma história local, sobre um espaço onde existiu uma antiga tradição estabelecida no cotidiano. Portanto, essa pesquisa em questão visa trazer luz ao reconhecimento de bens culturais como o nosso objeto de estudo, enfatizando a importância da discussão sobre sua relevância para a história de Niterói e sua importância na luta contra o abandono de bens culturais.

VI) Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, MARLI BRITO.M. Pensando a fotografia como fonte histórica, Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro,3(3): 297-305, jul/set,1987

ATIQUE, Fernando. *Arquitetura evanescente. O desaparecimento de edifícios cariocas em perspectiva histórica*. São Paulo: Edusp/Fapesp. São Paulo: EDUSP-2019

BENJAMIN, Walter. Nápoles OLIVEIRA, B. S. C. de. Nápoles: Uma viagem a temas urbanos de Walter Benjamin. ILUMINURAS, Porto Alegre, v. 21, n. 54, 2020. DOI: 10.22456/1984-1191.103857.Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/103857>. Acesso em: 24 fev.2023 2023.

BOITO, Camillo. Os restauradores. Tradução: Paulo MugayarKuhl – Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2014.

BREFE, A. C. F. Pierre Nora, ou o Historiador da Memória. História Social, [S. l.], n. 6, p. 13–33, 2010. DOI: 10.53000/hs.vi6.363. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/363>

BEZERRA, Juliana; CLEROT, Pedro; FLORENCIO, Sônia Rampim; RAMASSOTE, Rodrigo. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014. [pág. 05 até 27]

CABRAL, Magaly. Educação Patrimonial x Educação Museal? IN: Caderno Temático de Educação Patrimonial 2. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012, p.38-43.

CASTRO, Celso. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Gilberto Velho (org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p.80-88.

CHAPARIM, Matheus Alcântara Silva; OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Desafios metodológicos e reflexões na apreensão afetiva da cidade: a deriva como procedimento metodológico. In: Revista Geografia em Atos (GeoAtos online) - Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico - v. 05, n. 12, p.60-80, jul, 2019. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6517>

CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Orgs.). Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro

COSTA, E. B. (2017). Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, 26(2), 53-75, jul.-dic. Bogotá. Recuperado em 12 de junho de 2020, <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v26n2/0121-215X-rcdg-26-02-00053.pdf>

DEMARCHI, João Lorandi. O que é, afinal, educação patrimonial? Uma análise do guia básico de educação patrimonial. *Revista CPC*. V. 13, N. 25., 2018, pp 140-162. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/144337>

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; et al. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. 2 ed. Brasília: Iphan/DAF/Cogedi/Ceduc, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf

FONSECA, M.C.L. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Iphan, 1997

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Museu Imperial, 1999.

KNAUSS, Paulo. A cidade como sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea - o incêndio do Gran Circo Norte-Americano em Niterói, 1961". Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000100003>. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53

MAUAD, ANA MARIA. ATRAVÉS DA IMAGEM: FOTOGRAFIAS E HISTÓRIA INTERFACES, Revista Tempo, Rio de Janeiro, v.11996, p.73-98

MELLO, Juçara e Viana, Iamara – EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS – Revista Encontros v.11, nº20, 2013.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. (Anais; v.2, t.1).

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História e memória. A intolerância reinaugurada (o fascismo e a questão nacional no mundo contemporâneo). Caderno de memória Cultural2, Rio de Janeiro, v.1 out. 1996/mar.1997

MOTTA, Márcia. Os limites do patrimônio. In: *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Manuel Ferreira Lima et. All. (Orgs.). Blumenau: Nova Letra, 2007. p.239-248.

MOTTA, Márcia. Patrimônio fantasma. Disponível em: <http://patrimonios.proprietas.com.br/>

MOTTA, Márcia. Patrimônio. Disponível em: <http://patrimonios.proprietas.com.br/>

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5 nº 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp.3-15. Disponível: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf

SCIFONI, Simone. A natureza desigual do patrimônio cultural. In: Maria Tereza Duarte Paes; Marcelo Sotрати. (Org.). Geografia, turismo e patrimônio cultural: identidades, usos e ideologias. 1ed. São Paulo: Annablume/Imprensa Universidade de Coimbra (PT), 2017, v. 1, p. 1-15.

SCIFONI, Simone. Ativismo urbano e patrimônio cultural. ARQ.URB, v. 1, p. 1, 2018.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova Educação Patrimonial. Revista Teias, [S.l.], v. 18, n. 48, p. 5-16, ago. 2016. ISSN 1982-0305. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/25231/19932>>. Acesso em: 31 jul. 2020. doi:<https://doi.org/10.12957/teias.2017.25231>.

SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In TOLENTINO, Átila (org.). Educação patrimonial: reflexões e práticas. Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 02. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, pp 30-37, 2012.

SILVA, Márcia Soares da. Por uma geografia das emoções. Geografia: Revista do programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. v.18, n.38, 2016. Disponível em:<http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13775>. Acesso em 3 dez de 2021.

SIQUEIRA, Euler de. Vale tudo? Identidade, cultura e patrimônio na Pós-modernidade. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia - Natal, agosto/2014.

SOUZA, Wilton de S. O pertencimento ao comum mediático: a identidade em tempos de transição. ECA- USP 2010 nº34

TOLENTINO, Átila B. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. *Silogés*. V. 1. N. 1, jan/jul/ 2018, pp 41-60. Disponível em: <http://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article>

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. IN: Caderno Temático de Educação Patrimonial 5. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2016, p.38-48.

ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio e Identidade: Retórica e Desafios nos Processos de Ativação Patrimonial. VER. CPC, v 13, n.25, p.7-33, jan / set. 2018.E Rio de Janeiro RJ NOTÍCIA ISSN 1806-4078, JULHO A SETEMBRO / 2010 TCE NOTÍCIAS

Sites consultados

<https://colunadogilson.com.br/ex-sede-do-tce-em-niteroi-e-saqueada/>[https://](https://tce-rj.jusbrasil.com.br/noticias/978224/tce-rj-inaugura-sede-propria-da-ecg-em-niteroi)

tce-rj.jusbrasil.com.br/noticias/978224/tce-rj-inaugura-sede-propria-da-ecg-em-niteroi[https://cIPHAN. Patrimônio e Ações Educativas: a prática e suas perspectivas. Disponível](https://cIPHAN.Patrimônio e Ações Educativas: a prática e suas perspectivas. Disponívelhttp://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/patrimonio_e_acoes_educativas.pdf)http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/patrimonio_e_acoes_educativas.pdf

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/niteroi.html>;

Ex sede do TCE em Niterói é saqueada- coluna do Gilson. Disponível em:colunadogilson.com.br

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/patrimonio_e_acoes_educativas.pdf
[TCE-RJ inaugura sede própria da ECG em Niterói | Jusbrasil](https://tce-rj.jusbrasil.com.br/noticias/978224/tce-rj-inaugura-sede-propria-da-ecg-em-niteroi)

[https://www.tribunaj.com.br/materia/predio-do-tce-tem-entradas-concretadas-com-tijolos.](https://www.tribunaj.com.br/materia/predio-do-tce-tem-entradas-concretadas-com-tijolos)

https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_1929/fonfon_1929_041